

# CONCEPÇÕES SOBRE O PAPEL DA MULHER NO TRABALHO, NA POLÍTICA E NA FAMÍLIA <sup>1</sup>

## EQUIPE RESPONSÁVEL

### *Coordenação*

MARIA AMÉLIA AZEVEDO GOLDBERG\*

### *Coleta dos dados*

MARISA T. D. S. BAPTISTA\*

NEIDE CARVALHO ARRUDA\*\*

### *Análise dos dados*

ELBA SIQUEIRA DE SÁ BARRETO\*

SONIA MARIA CARVALHO DE MENEZES\*

*Este trabalho é dedicado à Profª Maria José Garcia Werebe que foi e continua sendo uma pioneira*

---

1) As autoras são gratas: 1) ao Departamento de Estatística do Instituto de Matemática da Universidade de São Paulo, pela orientação técnica recebida; 2) à Srª Jadwiga Myelzynska, que realizou uma parte dos cálculos estatísticos; 3) à Profª Drª Carmen Lúcia de Melo Barroso, pelas críticas e sugestões sempre pertinentes e cuidadosas; 4) à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e à Fundação Carlos Chagas que tornaram possível a realização desta pesquisa.

Este artigo representa uma síntese do relatório final da pesquisa que se acha arquivado, para fins de consulta, no Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas.

\* Do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas.

\*\* Do Setor de Orientação Educacional da Faculdade de Educação da USP.

"Dentro do universo dos homens (a posição da mulher) é comparável à de uma minoria oprimida... Mas ela também existe fora do mundo dos homens (onde) recebe a oferta de um universo próprio: a família".

Juliet Mitchell

"Que desgraça ser mulher! Entretanto, a pior desgraça quando se é mulher é, no fundo, não compreender que sê-lo é uma desgraça".

Kierkegaard

"Desde o princípio, tiveram os homens de se julgar semideuses, caídos de sua graça por obra da mulher, e logo depois tiveram que se inventar redimidos, através do ventre de nova mãe, essa santa, essa capaz de conhecer Deus no seu ventre e de no seu ventre encarnar o Deus salvador, depois chamado o filho do homem — que ironia rebuscada — na sua vida e nos seus actos exemplares".

Maria Isabel Barreno  
Maria Tereza Horta  
Maria Velho da Costa

#### RESUMO

A pesquisa se propôs a analisar o conteúdo discriminativo ou não das concepções *descritivas* e *normativas* acerca do papel da mulher na família, na política e no trabalho, bem como alguns de seus determinantes. Os sujeitos constituíram uma amostra de 582 vestibulandos de ambos os sexos que, em 1968, se preparavam para ingressar na Universidade. Eles representavam 6% da totalidade dos alunos de 31 "cursinhos vestibulares" em funcionamento na cidade de São Paulo.

O instrumento aplicado foi um questionário com 59 itens. As estatísticas empregadas para análise e interpretação dos dados incluíram o teste de qui-quadrado, além da "cluster analysis". Os resultados permitiram afirmar que:

- a. as concepções *descritivas* acerca do papel de mulher, mantidas por nossos vestibulandos são predominantemente tradicionais ("aprioristas");
- b. as concepções *normativas* são predominantemente tradicionais no que respeita ao papel profissional da mulher e modernas (não discriminativas) no que respeita ao papel familiar e político;
- c. há uma relação entre concepções normativas acerca do papel profissional e político da mulher;
- d. sexo e origem sócio-econômica foram as variáveis mais significativamente associadas às concepções do papel social da mulher. As mulheres mostraram-se consistentemente mais "modernas" que os homens. A medida que se passou do nível sócio-econômico *alto* ao *baixo*, diminuiu a proporção de respostas "modernas", na amostra global.

Tais resultados apontam a necessidade de programas educacionais capazes de modificar e impedir a reprodução de concepções discriminativas do papel feminino já que estas podem funcionar como obstáculos ideológicos a uma política de desmarginalização sócio-econômica e cultural da mulher brasileira.

#### SUMMARY

*Conceptions about woman's role in labour politics and family* — The research's aims was to analyse the content of *descriptive* and *normative* conceptions about woman's role in labour, politics, family and to investigate some of their determinants. The subjects were 582 male and female candidates to university courses (6% of the whole students' population that were enrolled in preparatory courses to university level of studies in the city of São Paulo, 1968).

The instrument was a questionnaire with 59 items.  $\chi^2$  and "cluster analysis" were the statistics employed.

The results showed that:

- a. the *descriptive* conceptions about woman's role are basically *traditional* in content ("prejudiced");
- b. the *normative* conceptions are *traditional* about labour woman's role and *modern* ("non-prejudiced") about family and politics woman's role;
- c. *normative* conceptions about labour woman's role are related to normative conceptions about politics woman's role;
- d. sex and socio-economic origin are clearly associated to the conceptions about social woman's role. The conceptions of female subjects were more *modern* than the conceptions of male subjects. Also, the frequency of modern answers was progressively smaller from high to low socio-economic level.

The results indicate the necessity of educational programs to modify the prejudiced conceptions about woman's role because they may hinder a policy of socio-economic and cultural liberation of the Brazilian women.

## 1. INTRODUÇÃO

"Ninguém nasce mulher: torna-se mulher" (Beauvoir, 1960, p. 9). Desde que Beauvoir assim o escreveu, denunciando a condição de histórica subordinação feminina, temos assistido a uma multiplicação de publicações sobre o papel da mulher.

Revestindo-se, por vezes, de um tom polêmico e agressivo elas podem ser, no entanto, categorizadas em dois grandes grupos: as que se preocupam com o *desempenho* efetivo do papel de mulher e as que se dedicam à análise das *concepções* acerca desse papel.

Representantes da primeira linha de estudo são publicações seja de natureza histórico-sociológica, como a de Éveline Sullerot (1970), seja de natureza comparativa, como a da OIT (1963), seja de natureza demográfica, como a de Madeira e Singer (1973), seja do tipo estudo de caso como a de Malkiel e Malkiel (1973), seja ainda de natureza histórico-anropológica como a de Hays (1968). Tais estudos permitem-nos traçar o perfil do que tem sido e do que é a condição de mulher, "metade vítima, metade cúmplice, como todo mundo" (Sartre, 1960).

Ao lado dessa linha e preocupada não mais com a condição objetiva, mas com a condição subjetiva de mulher, estão os estudos teórico-empíricos acerca das concepções do papel feminino. A presente pesquisa insere-se nesta linha de investigações e procura analisar *as concepções de vestibulandos acerca do papel da mulher no trabalho, na política e na família*.

A escolha do vestibulando como pessoa-sujeito da concepção de mulher, justifica-se por duas razões principais:

- 1.º porque não estando — em sua maioria — pessoalmente envolvidos em situações conjugais, profissionais, políticas, não temerão um possível confronto entre concepção e desempenho cotidiano do próprio papel, como pode ocorrer quando se investigam pais e mães de família, profissionais, etc.;
- 2.º porque sendo jovens são, em geral, "mais sensíveis às correntes novas, manifestando também

mais ardor e otimismo em seu desejo de transformar a realidade" (Chombart de Lauwe et al., 1963, p. 348). Nesse sentido, suas concepções terão sempre um sentido prospectivo, fazendo prever conforme o conteúdo — mudança ou manutenção do padrão de reações entre os sexos.

Por outro lado, a escolha do papel da mulher no trabalho, família e política como objeto de estudo justifica-se porque:

- 1.º "a unidade da condição da mulher, em qualquer tempo, é o produto de inúmeras estruturas" (Mitchell, 1967, p. 13), das quais as estruturas produtiva, reprodutiva e política são fundamentais;
- 2.º se as concepções do papel da mulher no trabalho e no lar parecem mais dinâmicas (Chombart de Lauwe, 1964, p. 27), no sentido de mais sensíveis à mudança, já a concepção de seu papel na política parece mais estática sendo vantajoso contrapô-las a fim de melhor compreender seus contrastes.

Finalmente, a adoção de uma linha de investigação centrada em *concepções de papel* antes que em *desempenho de papel* justifica-se porque, numa perspectiva fenomenológica, as representações acerca do papel da mulher são concebidas como "motor ou freio de mudança nas estruturas sociais" (Chombart de Lauwe, 1964, p. 14).

Justificada a escolha da temática resta-nos expor o plano de sua discussão. Na Parte 2, procuraremos recapitular brevemente alguns dos principais estudos e pesquisas já publicados sobre *concepções* do papel da mulher. Na Parte 3, definiremos o problema, variáveis e hipóteses. Na Parte 4, descreveremos a metodologia e os instrumentos empregados. Na Parte 5, caracterizaremos rapidamente a amostra, para fazer, na Parte 6, a análise dos resultados, extraindo as conclusões pertinentes na Parte 7.

## 2. O ESTUDO E A PESQUISA DAS CONCEPÇÕES SOBRE O PAPEL DA MULHER

O Quadro 1 permite visualizar alguns dos estudos empíricos mais recentes, tendo como fulcro as *concepções acerca do papel feminino*. A listagem está longe de ser exaustiva, deixando de incluir, por exemplo, os estudos americanos a respeito. Embora o valor dessa listagem seja mais exemplificativo e sugestivo, podem-se fazer algumas observações a partir de um rápido exame do que nela se encontra:

- 1.º a quase totalidade das pesquisas arroladas concentrou-se na análise das concepções do papel *profissional* e *familiar* da mulher;
- 2.º a esmagadora maioria reconhece o *sexo* como importante variável condicionante das *concepções de mulher*, vindo a seguir as variáveis definidoras do status sócio-econômico;

3.º) a maioria dessas pesquisas foi realizada em países desenvolvidos, nos quais a porcentagem de mulheres na força de trabalho total era da ordem de 35% a 45% já na década de 50 (Áustria, Polônia, França, Iugoslávia), sendo relativamente pouco numerosos os estudos realizados nos países em vias de desenvolvimento (da África e da América Latina);

4.º) em praticamente todas as pesquisas, há uma tentativa de estabelecer uma *tipologia* das concepções acerca do papel da mulher. Embora a terminologia varie e embora nem sempre os autores pretendam uma oposição rígida entre os "tipos" de concepção, é fácil verificar que há duas maneiras bem distintas e polares de conceber teoricamente o papel da mulher: uma, *tradicional*, menos permissiva, também chamada "apriorista", e outra, *moderna*, mais permissiva, também chamada "experimentalista" (Chombart de Lawe et al., 1963).

É de se notar também que, embora haja um grande consenso teórico acerca do conteúdo da dimensão *tradicional* das concepções do papel feminino, o mesmo não se verifica quanto à dimensão *moderna*: talvez porque a própria noção de *modernidade* seja, ainda, algo indefinida<sup>1</sup>; talvez porque a concepção moderna deva ser mesmo mais "aberta", pela própria natureza;

5.º) a década de 60 marcou não só a intensificação de estudos *nacionais*, como o aparecimento de estudos comparativos *internacionais* sobre a na-

tureza e os *condicionantes* sócio-econômicos e culturais das concepções do papel feminino.

Mas, se a década de 60 foi relativamente fértil em estudos descritivo-explicativos das concepções acerca do papel da mulher, não chegou a esgotar-lhe todas as possibilidades. E isso se deve, em parte, a que as investigações dos anos 60 concentraram-se nas concepções *normativas* do papel da mulher, embora já tivessem surgido, na década anterior, estudos relativos às concepções *descritivas*. Estas últimas representavam o papel *subjetivamente esperado* da mulher, enquanto as primeiras representavam o *papel ideal*, aquilo que se considerava *desejável*. Por outro lado, é preciso notar que certas linhas de abordagem foram apenas esboçadas, mas não aprofundadas; tal é o caso das análises comparativas entre as concepções mantidas pelos membros de uma sociedade acerca do papel da mulher e as concepções implícitas nos respectivos códigos jurídicos, religiosos, etc. (Rocher, 1964).

Essas constatações permitem-nos concluir que os estudos das concepções acerca do papel da mulher estão apenas começando. Há uma longa jornada a percorrer, seja no sentido de estabelecer discriminações maiores no conteúdo das concepções do papel feminino, seja no sentido de, sofisticando a metodologia de análise<sup>2</sup>, alcançar maior controle sobre os fatores determinantes desta ou daquela concepção do papel de mulher; seja, finalmente, no sentido de testar o próprio pressuposto implícito nas investigações centradas em concepções de papel, qual seja, o de que estas têm um efeito freizador ou impulsionador de mudança, nas estruturas sociais e, portanto, na própria condição objetiva da mulher.

### 3. O PROBLEMA: VARIÁVEIS E HIPÓTESES

#### 3.1. O QUE É SER MULHER?

A presente pesquisa propõe-se a determinar qual o conteúdo específico das concepções do papel feminino que a sociedade — através, sobretudo, de suas agências socializadoras — vem transmitindo às gerações jovens. Serão essas concepções congruentes com o papel da mulher na sociedade brasileira? Sabemos que, apesar de todas as modificações operadas na condição social da mulher brasileira, seu papel ainda é tradicional, como demonstram os poucos estudos existentes a respeito (Berlinck, 1964; Gans, Pastore e Wilkening, s.d.).

"A mulher, continua, no século XX, a depender em casa, seja a maior parte do tempo, seja uma quota de tempo maior que a do marido. Enquanto se espera de todo homem

adulto e normal que ganhe sua vida e mantenha ou contribua para a manutenção de seus dependentes, pelo exercício de algum trabalho remunerado seja de que natureza for, em geral ainda se considera desvantajosa a condição da mulher que tenha de trabalhar fora do lar" (Berlinck, 1964, p. 110).

Não é de se estranhar que se "na Áustria as mulheres são 41,3% da mão-de-obra; na Turquia, 40,5%; na Alemanha Ocidental, 36,4%; na França, 34,9%; nos Estados Unidos, 34,1%; no Brasil, elas são menos de 10% (São Paulo, 1970).

As causas podem ser buscadas tanto em condições sociais, quanto nas concepções acerca do trabalho feminino, incorporadas em nossa legislação do trabalho. No primeiro caso, parece certo que "a urbanização tem levado a mulher brasileira a abandonar a atividade produtiva. Este abandono tem tomado duas formas, ambas implicando na realiza-

1 Orientação para a mudança, para uns (Berlinck, 1964); um "estilo de vida participante", para outros (Gans, Pastore e Wilkening, s.d.).

2 A maioria dos estudos usa de uma metodologia estatística de tipo puramente correlacional.

QUADRO 1 — SÍNTESE DE ALGUMAS DAS INVESTIGAÇÕES MAIS RECENTES ACERCA DAS CONCEPÇÕES DO PAPEL DE MULHER

	<i>Titulo</i>	<i>Pesquisador Responsável</i>	<i>Data de Publicação</i>	<i>Linha Central de Abordagem</i>
IMAGES DE LA FEMME DANS LA SOCIÉTÉ	La femme dans la société	Paul Henry Chombart de Lauwe et al.	1963	<i>Comparação</i> entre concepções do papel <i>profissional familiar e político</i> da mulher mantidas por: a) <i>adultos</i> de ambos os sexos dos meios operário, intermediário e alto de França; b) <i>jovens</i> franceses de ambos os sexos.
	Les attitudes à l'égard de la femme dans les familles ouvrières polonaises	Antonina Kloskowska, J. Piotrowski	1964	<i>Comparação</i> entre concepções do papel <i>profissional e familiar</i> da mulher, mantidas por operários de ambos os sexos na Polônia.
	Femmes et professions au Maroc	Nelly Forget, Khadidja Novacer	1964	<i>Comparação</i> entre concepções do papel <i>profissional</i> da mulher, mantidas por adultos de ambos os sexos no Marrocos.
	La femme autrichienne, son rôle et image qu'on s'en fit	Leopold Rosenmayr	1964	<i>Comparação</i> entre concepções do papel <i>profissional</i> da mulher, mantidas por adultos de ambos os sexos na Áustria.
	Les attitudes à l'égard de la condition de la femme en Yougoslavie	Olivera Buric	1964	<i>Comparação</i> entre concepções do papel <i>profissional</i> da mulher, mantidas por adultos de ambos os sexos, na Iugoslávia.
	Attitudes of 600 Adolescent Girls to Work and Marriage	Joyce Joseph	1961	<i>Análise</i> dos planos de carreira " <i>profissional ou matrimonial</i> " de adolescentes do sexo feminino na Inglaterra.
	Ofício de mulher	Ménie Grégoire	1966	<i>Análise</i> das <i>imagens-tipo</i> de " <i>Mulher</i> " mantidas por francesas de 16 a 75 anos de todos os níveis de origem sócio-econômica.
	La réussite de la femme	Lydie Péchadre, Yvette Roudy	sem data	<i>Análise</i> das concepções de "sucesso" (realização) mantidas por mulheres francesas profissionais e donas de casa.
	Algumas percepções sobre a mudança do papel profissional da mulher na cidade de São Paulo	Manoel Tosta Berlinck	1964	<i>Análise</i> das relações entre: <i>orientação valorativa para a mudança e sexo</i> versus <i>concepção do papel profissional</i> da mulher solteira e casada numa amostra de estudantes secundários em São Paulo, Capital.
	A mulher e a modernização da família brasileira	Marjorie Gans, José Pastore, Eugene A. Wilkening	sem data	<i>Análise</i> das relações entre: a) <i>sexo e concepção "moderna"</i> do papel de mulher; b) dentro de cada sexo, entre <i>status sócio-econômico, educação e experiência urbana</i> versus <i>concepção "moderna"</i> do papel de mulher, concepção esta mantida por adultos, de ambos os sexos, de Brasília.

ção de tarefas domésticas por parte da mulher: uma, o desemprego oculto ("dona de casa") e outra, o emprego doméstico" (Madeira e Singer, 1973, p. 50).

No segundo caso, nossa legislação apenas aparentemente protege o trabalho da mulher. A legislação trabalhista, tal como vem expressa sobretudo no Capítulo III da Consolidação das Leis do Trabalho ("Da Proteção do Trabalho da Mulher") vedando o trabalho em "subterrâneo, mineração, em subsolo, pedreiras e obras de construção pública ou particular..." (Art. 387).

Se isso ocorre em relação ao mundo do trabalho, também na família a mulher é cerceada em seu poder de decisão.

"Espera-se da mulher que ela obedeça ao marido e não tenha iniciativa. A mulher 'ideal', além de submissa, deve ser fiel ao seu marido e servi-lo de todas as maneiras possíveis, preparando sua comida, lavando suas roupas, mantendo a casa em ordem, não permitindo que as crianças o perturbem, evitando falatórios e perda de tempo em conversas com vizinhos" (Gans, Pastore e Wilkening, s.d., p. 11). "O papel da mulher brasileira da classe superior e classe média tem, como centro, um núcleo de valores que pode ser chamado de complexo de virgindade. A crença de que a virgindade da mulher soiteira deve ser preservada a todo custo, tem resistido tenazmente à mudança..."

No meio rural brasileiro, a posição da mulher é determinada através de relações tipicamente patriarcais.

"O homem é quem determina os padrões de comportamento da esposa e filhos, isto é, ele vigia aqueles aspectos do comportamento das mulheres de sua família que se refletem na sua honra e no seu prestígio" (Berlinck, 1964, p. 114 e p. 111).

Todos esses depoimentos fazem prever que, na política, deve ser ainda menor a participação feminina, porque

"a vida pública exige qualidades totalmente contrárias àquelas do papel feminino tradicional... As atividades da vida pública são contrárias ao emprego que a mulher faz, normalmente, de seu tempo... A vida pública tem má reputação e as mulheres mais que os homens são sensíveis a esta má reputação... Enfim, a política supõe que se tome a palavra em público... e isso é contrário à concepção da mulher que a tradição quer modesta e 'apagada'" (Péchadre e Roudy, s.d., p. 39).

Em todo o mundo a conquista, pela mulher, do próprio direito de voto é uma das mais recentes, na longa e histórica jornada de emancipação feminina: tem pouco mais de 50 anos na Inglaterra, datando entre nós, de 1934<sup>3</sup>. Para a mulher, no entanto, mesmo essa conquista tem sido transformada numa outra forma de submissão; como assinala Pierson, ao estudar a comunidade rural paulista de Cruz das Almas

"não se espera que a mulher participe de atividades políticas, exceto para votar de acordo com as convicções de seu ma-

rido, o que vem, de certa forma, manter, em situação de fato, a situação jurídica existente até 1934, isto é, até 1934 a mulher não tinha participação política e de 1934 para cá, a sua participação se restringe à vontade do marido" (Berlinck, 1964, p. 113).

Todos esses elementos tornam compreensível porque — mais ou menos na mesma época em que a Inglaterra festejava o cinquentenário do voto feminino — a ONU aprovava uma Declaração para eliminação da Discriminação contra a Mulher. Os poucos dados coligidos parecem indicar que, no plano real, ainda não terminou o que David Riesman denominou de era da privatização da mulher (cf. Joseph, 1961, p. 183).

Estarão nossos jovens de ambos os sexos convencidos de que essa era deva ser mantida e prolongada? Ou estarão, ao contrário, convencidos da necessidade de passar para uma era de participação da mulher? Em caso afirmativo, de que participação estarão eles falando? Daquela participação residual, discriminativa, que aceita a integração social da mulher no mundo do trabalho, da política, desde que ela se dirija a profissões ou tarefas "femininas", que por uma estranha coincidência são sempre as de menor nível de qualificação, de menor prestígio, de menor responsabilidade, de menor salário...? Estarão eles falando dessa integração aceita como um "mal menor", e que funciona como uma versão atualizada da ideologia de privatização da mulher, já que a concebe ainda e sempre como uma menor social, uma marginalizada cultural? Ou estarão os jovens comprometidos com uma ideologia de não discriminação e de promoção social da mulher, em todas, ou pelo menos em algumas das estruturas onde seu papel vem sendo desempenhado? Para responder a essas e outras indagações é que planejamos a presente pesquisa, com o objetivo de verificar se as concepções mantidas por jovens vestibulandos da cidade de São Paulo, acerca do papel da mulher no trabalho, na família e na política são caracterizáveis, predominantemente, como discriminativas e marginalizantes (tradicionais), ou não discriminativas e integrativas (modernas). Dado que nossa ótica é a de educadores, interessados, portanto, não apenas em conhecer, mas sobretudo em conhecer para modificar, procuraremos, também, analisar alguns possíveis determinantes dessas concepções.

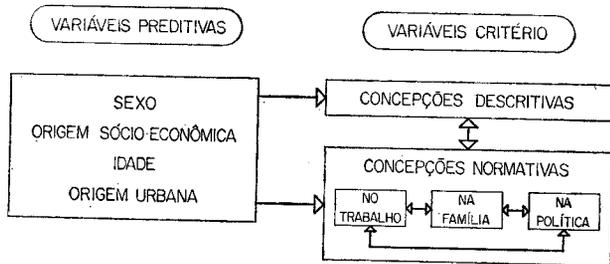
Finalmente, a abordagem das concepções do papel da mulher será feita, tanto ao nível das concepções descritivas de papel, como ao nível das concepções normativas de papel.

### 3.2. AS VARIÁVEIS EM ESTUDO

Examinando-se a Figura 1, pode-se verificar que lidamos, em nossa pesquisa, com dois grupos de variáveis:

3 Cf. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16/07/1934, art. 108.

FIGURA 1 — AS VARIÁVEIS EM ESTUDO E SUAS INTERRELAÇÕES HIPOTÉTICAS



— as *crítério*, representadas pelas concepções:

- a) descritivas do papel de mulher
- b) normativas do papel da mulher: no trabalho, na família e na política;

— as *preditivas*, representadas por:

- a) sexo
- b) origem sócio-econômica
- c) idade
- d) origem urbano-rural.

A operacionalização de cada uma delas está indicada no Anexo 1.

### 3.3 AS HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO

As hipóteses postas à prova — em número de

## 4. A METODOLOGIA E OS INSTRUMENTOS

### 4.1. O INSTRUMENTAL DE PESQUISA

Foram construídos dois questionários para esta pesquisa:

- a) um “mini-questionário” aplicado a alunos do 1.º ano de cursos universitários da cidade de São Paulo. Continha três questões, indagando se o sujeito havia feito “cursinho” e, em caso afirmativo, em que ano e qual era seu nome e endereço. Destinava-se, pois, a auxiliar o levantamento do rol de cursinhos existentes em 1968, na cidade de São Paulo;
- b) um questionário com 59 itens e destinado a possibilitar a operacionalização das variáveis em estudo. O Anexo 1 reproduz os itens relativos às variáveis preditivas e às variáveis critério.

### 4.2. A METODOLOGIA DE TRABALHO

A pesquisa desenrolou-se em várias etapas, cada uma delas comportando vários cuidados metodológicos:

vinte e duas — podem ser agrupadas em dois grandes conjuntos que compreendem:

- I) as hipóteses *descritivas*, em que afirmamos serem preponderantemente tradicionais as concepções descritivas e as concepções normativas do papel da mulher no trabalho, na família e na política;
- II) as hipóteses *relacionais*, em que afirmamos a existência de relações significativas: (a) entre as variáveis preditivas e as variáveis critério; (b) entre as concepções descritivas e as concepções normativas do papel da mulher no trabalho, na família e na política; (c) entre as concepções normativas do papel da mulher no trabalho, na família e na política. A Figura 1 permite visualizar as relações que procuramos investigar.

Deixamos de testar relações entre as variáveis preditivas e as concepções normativas acerca do papel da mulher no *trabalho* porque dados de pesquisas nacionais e estrangeiras confirmam sua indiscutível relação, por exemplo, com sexo e origem sócio-econômica <sup>4</sup>.

Por outro lado, nossa lista inicial de variáveis *preditivas* era maior, incluindo instrução da mãe e experiência atual de trabalho. Todavia, o exame de mais de 50 tabelas de cruzamento entre elas e nossas variáveis critério convenceram-nos de seu fraco poder preditor, razão pela qual abandonamo-las.

#### 4.2.1. Definição e levantamento do universo

O universo foi definido como sendo o de jovens que — de 15/4 a 15/7/1968 — estivessem frequen-

<sup>4</sup> Cf. Chombart de Lauwe et al., 1963, p. 212-214: “Mais da metade dos homens são hostis ao princípio do exercício de uma ocupação para uma mulher [em geral, e casada] enquanto as mulheres lhe são favoráveis, na mesma proporção... A hostilidade ao princípio do trabalho profissional feminino decresce nos homens quando se passa da categoria operária às categorias sócio-econômicas média e alta, enquanto uma ordem diferente se observa nas mulheres. São, justamente, as de meio sócio-econômico alto, que recusam mais maciçamente o trabalho profissional”.

Cf. Berlinck, 1964, p. 163-164: “Levando-se em conta os resultados obtidos... e a literatura sociológica existente, não se pode negar a relativa importância da posição do indivíduo na estrutura social, como elemento de influência na respectiva percepção sobre o papel ocupacional da mulher... Na medida em que tal percepção passa a se referir ao trabalho remunerado da mulher casada sem filhos e da mulher casada com filho, a relação de dependência com a estrutura social aumenta”.

tando cursos preparatórios a escolas de 3.º grau ("cursinhos" ou cursos vestibulares) no município de São Paulo. O processo utilizado para a localização desses cursinhos foi duplo: (a) através de anúncios publicados em jornais paulistanos e compilados de julho a setembro de 1967 e (b) através de endereços fornecidos por alunos que, de julho a setembro de 1967 estavam cursando o 1.º ano de cursos de 3.º grau, no município de São Paulo. Através desse procedimento foram localizados 71 "cursinhos".

#### 4.2.2. *Definição das amostras*

Houve necessidade da constituição de duas amostras: uma, para teste do questionário, instrumento base da pesquisa; outra, para sua aplicação definitiva. Para isso, foram visitados individualmente todos os 71 "cursinhos", com a finalidade de indagar se estariam funcionando, no período de 15/4 a 15/7/1968.

O resultado foi que apenas 36 deles estariam em funcionamento, nessa época. Coletaram-se, então, junto às respectivas secretarias, os dados relativos à períodos de funcionamento, número de classes por período, número médio de alunos por classe, número médio percentual de alunos do sexo feminino por classe, e cursos de 3.º grau a que prepara.

Os 36 "cursinhos" foram classificados então em três grandes áreas, conforme a natureza dos cursos de 3.º grau de que eram preparatórios: Ciências Exatas, Ciências Biológicas e Humanidades.

#### *Amostra A — para teste do questionário*

Para sua determinação selecionaram-se seis "cursinhos": quatro na área de Humanidades, um na de Ciências Biológicas e um na de Ciências Exatas. O critério foi o de escolher os "cursinhos" com menor frequência e em número tal que a amostra total tivesse 100 sujeitos. Em cada "cursinho", os sujeitos foram selecionados ao acaso. As únicas restrições foram as de que se mantivessem as proporções existentes entre os sexos no "cursinho" todo, bem como a de não aceitar voluntários (dadas suas presumíveis características atípicas).

#### *Amostra B — para aplicação definitiva do questionário testado*

Arrolaram-se 31 "cursinhos", dos quais três na área de Ciências Biológicas, seis na área de Ciências Exatas, 22 na área de Humanidades. Desses, apenas um já integrara a amostra A, embora representado por outros sujeitos. A seleção dos sujeitos em cada "cursinho" foi feita por sorteio casual. A sistemática de sorteio dos

sujeitos foi planejada de forma a obter um *n amostral* equivalente a 6% do total aproximado de cem mil alunos frequentando os 31 cursinhos na época prevista para aplicação definitiva do instrumento.

#### 4.2.3. *Revisão crítica dos itens do questionário*

Com base na análise das respostas e das dúvidas surgidas durante o pré-teste do instrumento, introduziram-se nele algumas pequenas modificações quanto à linguagem e forma de impressão, de modo a torná-lo mais comunicável.

#### 4.2.4. *Coleta de dados*

A aplicação definitiva do instrumento foi feita, simultaneamente, nas três áreas de "cursinhos", por três equipes de pesquisadores, alunos do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da USP. A aplicação, supervisionada pelo pesquisador responsável e por assistentes seus, obedeceu a uma sistemática bastante rígida: os "cursinhos" de cada área foram numerados em seqüência, definida aleatoriamente; dentro de cada "cursinho" sorteou-se a ordem das classes, em cada período, procedendo-se depois à sua ordenação de forma que as classes da noite seguissem as da tarde e estas fossem precedidas pelas da manhã. A aplicação em uma dada classe só podia ser iniciada quando estivesse completa a aplicação na classe de número imediatamente anterior, assim como a aplicação em um novo "cursinho" só poderia ser realizada quando completada no "cursinho" de número imediatamente antecedente. Em cada "cursinho", foi feito o sorteio dos sujeitos em todas as classes selecionadas, o que tornou, por vezes, bastante problemática a coleta de dados.

#### 4.2.5. *Tratamento dos dados*

Para a caracterização dos sujeitos e teste das hipóteses descritivas, procedemos à tabulação dos resultados obtidos através dos respectivos indicadores, submetendo-os, a seguir, ao teste de significância da diferença entre proporções.

Para teste das hipóteses relacionais, adotamos uma dupla abordagem correlacional:

- para testar as relações entre variáveis *preditivas* e *critério*, procedemos ao cálculo de coeficientes de contingência quadrática média (qui-quadrado);
- para testar as relações entre as variáveis *critério*, procedemos ao cálculo de uma matriz de intercorrelações, aplicando-se-lhe, em seguida, uma "cluster analysis". Para tanto, os respectivos indicadores foram recodificados, a fim de assumirem a forma de escalas intervalares.

## 5. OS VESTIBULANDOS: SUJEITOS DE NOSSA AMOSTRA

Nossa amostra ficou composta de 582 sujeitos, distribuídos por 31 "cursinhos" da cidade de São Paulo, em funcionamento na metade do ano letivo de 1968. A maioria deles preparava candidatos para a área de Ciências Humanas, ao contrário do que, quatro anos antes, constataria Nadia Franco da Cunha, na Guanabara, onde a maioria dos "cursinhos" concentrava-se na área de Ciências Exatas, vindo a seguir Ciências Biológicas e só em 3.º lugar Ciências Humanas (Cunha, 1965, p. 66-70).

Também ao contrário desse estudo, o número de alunos que freqüentam o período diurno é praticamente o dobro dos que freqüentam o noturno. Como era de se esperar por esse indicador, a maioria dos alunos (67%) não trabalha, sendo de se supor que os alunos do período noturno sejam "não estudantes que trabalham, mas, trabalhadores que estudam" (Cunha, 1965, p. 66-70).

A estrutura etária de nossa amostra, indica leve predominância do grupo de menos de 20 anos, o que coincide com a amostra guanabarina, cuja idade modal era de 19 anos. Finalmente, nossa amostra, extraída 4 anos depois da da Guanabara, indica leve acréscimo nas taxas de participação do sexo feminino na população de vestibulandos. Enquanto na Guanabara essa participação era da ordem de 30% (Cunha, 1965, p. 66-70), em nossa população já estava por volta de 33%.

Quanto à procedência geográfica, 58% de nossos sujeitos indicaram ter residido por mais tempo na cidade de São Paulo, distribuindo-se os restantes entre outras capitais e interior de São Paulo e de outros Estados.

Quanto à origem sócio-econômica, definida pelo nível ocupacional do pai do informante, classificado segundo o esquema utilizado por Bertram Hutchinson e modificado por Aparecida Joly Gou-

veia, as maiores concentrações ocorrem nos níveis alto e médio da escala (posições 2, 3 e 4).

Se agruparmos os dados, de forma a obter os três estratos: ALTO (níveis 1 e 2); MÉDIO (níveis 3 e 4) e BAIXO (níveis 5, 6 e 7), obteremos respectivamente, 29%, 46% e 14%. Comparando essas porcentagens com as assinaladas por Joly Gouveia (Gouveia e Havighurst, 1969, p. 54) para alunos do segundo ciclo na cidade de São Paulo, observaremos que estas são ligeiramente diferentes: 25%, 48%, 27%, indicando que a maior quebra ocorre no estrato baixo, do qual, significativa porcentagem não faz "cursinho". A distribuição de nossos sujeitos na escala de origem sócio-econômica está, por sua vez, na direção que faziam pressentir tanto os dados relativos à idade, experiência de trabalho e período de estudo, como o próprio conhecimento da forma piramidal de nosso sistema escolar.

Difícilmente a mãe de nossos informantes poderia concorrer para a caracterização de sua origem sócio-econômica. Aproximadamente 70% de nossos sujeitos provêm de lares nos quais a mãe é, ou tem sido, apenas dona de casa. Por isso mesmo, é de se supor que ela seja um fator preponderante na constituição do universo cultural de nossos vestibulandos. Daí, a necessidade de levantarmos o seu grau de instrução. Apenas 5% delas chegaram ao ensino superior, tendo quase 50% permanecido no nível primário de instrução. Comparado ao do pai, o nível de instrução da mãe é inferior, em média: aproximadamente 54% dois pais atingiram o nível ginásial, sendo quatro vezes maior que a da mãe a porcentagem de pais que chegaram ao ensino universitário. Essa situação, implicando em níveis mais baixos de habilitação profissional para a mulher, pode explicar, em parte, porque, na percepção de nossos sujeitos, suas mães parecem privilegiar ainda e muito o *ideal de domesticidade*, como estilo de vida.

## 6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A discussão dos resultados será feita em quatro etapas: numa primeira, procuraremos apresentar e interpretar as *concepções descritivas* sobre o papel da mulher; numa segunda etapa, centraremos nossa análise nas *concepções normativas* acerca do papel feminino no trabalho, na família e na política, para, numa terceira, procurarmos investigar alguns dos determinantes das *concepções descritivas* e *normativas*; finalmente, numa quarta etapa, procuraremos verificar se há ou não coerência entre *concepções descritivas* e *normativas*.

### 6.1. AS CONCEPÇÕES DESCRITIVAS DO PAPEL DE MULHER

Se a concepção descritiva expressa uma crença no papel *subjetivamente esperado* da mulher, é possível distinguir duas maneiras básicas de conceber esse papel: a concepção *apriorística, tradicional*, e a concepção *experimentalista, moderna*. Qualquer uma delas indica, porém, uma *idéia de mulher* que pode, com toda a facilidade, transformar-se em *estereótipo*.

### 6.1.1. *Concepção apriorística*

Chombart de Lauwe considera esta concepção estática e aristotélica. A natureza da mulher seria, *por essência*, diferente da natureza do homem. Assim, o "natural" da mulher seria diferente do "natural" do homem. Em verdade, essa concepção, vitoriosa ao longo dos séculos, pode ser considerada uma ideologia: com ela, e por meio dela, a realidade de um mundo, masculinamente organizado, ganha status doutrinário. Essa concepção não se limita a definir a mulher apenas como diferente do homem: vai além, pois a caracteriza como inferior a este: não só sexo, mas segundo sexo, sexo frágil...

Tradicionalmente, a mulher tem sido reduzida ao nível de objeto do qual o homem é sujeito, o que significa que, tradicionalmente, a condição da mulher tem sido a condição de um ser relativo.

Essa concepção está presente, por exemplo, nos escritos dos principais teóricos da educação durante o Renascimento. Assim, por exemplo, Alessandro Piccolomini em *La Raffaella* frisa que "a boa dona de casa deve cuidar amorosamente dos filhos e do marido, não deve ser preguiçosa nem dormir demais; precisa saber impor-se à criadagem, ser amável com os hóspedes e fazer boa cara para receber o marido, procurando agradá-lo, a fim de poder ganhar belos vestidos..." (Nunes e Mereci, 1974).

Também Rousseau em seu trabalho sobre a educação — *Emílio* — ilustra essa maneira de conceber as relações entre os sexos:

"Na união dos sexos cada qual concorre igualmente para o objetivo comum, mas não da mesma maneira. Dessa diversidade nasce a primeira diferença assinalável entre as relações morais de um e de outro. Um deve ser ativo e forte, o outro passivo e fraco; é necessário que um queira e possa, basta que o outro resista pouco.

Estabelecido este princípio, segue-se que a mulher é feita especialmente para agradar ao homem... Quando a mulher se queixa a respeito da injusta desigualdade que o homem impõe, não tem razão; essa desigualdade não é uma instituição humana ou, pelo menos, obra do preconceito, e sim da razão; cabe, a quem a natureza encarregou do cuidado dos filhos, a responsabilidade disso perante o outro" (Rousseau, 1968, p. 424 e 428).

Mas esse modo relativo de existir tem sofrido algumas variações porque, no correr dos tempos, a própria maneira de conceber o objeto "mulher" tem variado. Ora "Porta do Céu", ora "Porta do Inferno", a mulher tem sido considerada tanto objeto digno de veneração — ser frágil que deve ser protegido, dirigido, defendido, ser sublime, natureza angelical — como um objeto erótico, perigoso, desejado e temido, natureza sedutora, mas demoníaca. Anjo ou demônio são dois estereótipos que encarnam dois dos mitos mais universalmente difundidos a respeito da mulher — o mito da bondade e o mito da maldade femininas.

É interessante notar que esses mitos, em realidade, vieram reforçar a condição de dependência feminina. Assim, se o *mito do erotismo* implica num componente de desvalorização, implica também numa certa valorização compensatória. A mulher é vista como "perigosa", "sedutora", "atraente", "astuciosa", "felina", "repouso do guerreiro". Daí o estímulo ao embelezamento físico, o endeusamento da juventude, que a propaganda sabe tão bem explorar nos dias que correm. As revistas "femininas" têm geralmente procurado vender a imagem da mulher bonita, jovem, "charmosa" e elegante, atributos estes indispensáveis sobretudo a quem não deseja ficar sem lances, no mercado matrimonial.

Por outro lado, a publicidade em geral, tem usado as mulheres

"como símbolos sexuais ou como objetos de propriedade dos homens. O que se vê são mulheres nuas ou seminuas, em belas casas, posando como princesas em pedestais e aparecendo nos anúncios apenas para ilustrá-los... É raro ver anúncios em que as mulheres sejam importantes e estejam em seu ambiente de trabalho. Enquanto os homens são mostrados como presidentes de empresas, juizes, atletas, cientistas, chefes, as mulheres só são mostradas por meio de estereótipos, como secretárias, datilógrafas ou donas de casa. Nos anúncios predomina a imagem das mulheres estéticas, das bonecas adoráveis e das loucas perigosas que não podem dirigir um carro sem bater" (Bassim, 1972).

Por outro lado, o *mito da bondade* implica na oferta de um universo próprio para a mulher: o lar. Seu destino é um destino "associal". Sua vocação primeira é a de ser esposa e mãe. Ser mãe é tão sublime... Ser "rainha do lar" é tão nobre... Betty Friedman, escrevendo sobre a "Mística da Feminilidade", demonstra como a propaganda, nos Estados Unidos, contribui para a idealização do destino doméstico da mulher. Essa propaganda serve aos fins comerciais das poderosas indústrias de eletrodomésticos: a imagem que os "magazines" femininos vêm procurando vender não é a de uma "rainha triste do lar", mas de uma "soberba rainha" cujo habitat natural é uma casa aparelhada com mil e um máquinas eletrodomésticas.

Como entender, porém, a vigência de uma situação esdrúxula, em que metade do gênero humano olha a outra metade como inferior? Como entender que, mesmo no século XX, depois de toda a influência do liberalismo, a mulher ainda não se tenha libertado de suas amarras? Como entender que, apesar das reivindicações feministas e de algumas conquistas relativas, não tenha havido ainda "um momento em que a mulher tenha sido aceita, fácil e naturalmente, como 'homens femininos', ou seja, em outras palavras, iguais e membros contribuintes da sociedade?" (Hays, 1968, p. 11).

Pode-se encontrar a resposta a tais indagações, na própria organização da sociedade que, de há muito, se estruturou com base numa divisão sexual

de tarefas. "Com a separação entre o que é tido como doméstico (privado) e o que é considerado público, a mulher ficou destinada à função reprodutiva, enquanto ao homem foram destinadas tarefas produtivas" (Saffioti, 1974, p. 48). Essa separação tornou-se, porém, mais crítica com o aparecimento da sociedade capitalista, essencialmente competitiva, e na qual existe uma incapacidade permanente de absorção plena da força de trabalho de seus membros. Para prevenir os desequilíbrios sociais que poderiam advir dessa incapacidade é que a sociedade lança mão do seu estoque de *mitos*, a fim de selecionar as categorias sociais que devem ser marginalizadas do processo dominante de produção, porque portadoras de deficiências físicas ou mentais (efetivas ou presumidas).

"Assim é que o sexo, fator de há muito catalogado como fonte de inferiorização social da mulher, passa a ser usado para atender às necessidades da sociedade competitiva. Aparentemente a mulher figura como elemento que, portador de deficiências ou insuficiências físicas e mentais ou emocionais, contribui para a obstrução do desenvolvimento econômico e social. Na realidade o processo é inverso, pois é a sociedade competitiva que coloca barreiras para impedir a integração social da mulher" (Saffioti, 1974, p. 47).

Daí a função *ideológica* dos mitos da feminilidade: enquanto fontes de pressão e controle operam na preservação da estrutura social discriminativa. Se é verdade que não existe mais para as mulheres de hoje nenhum nó górdio a cortar, se é verdade que "não se combate (quase mais) a emancipação feminina, [é igualmente verdade] que se acha natural que a mulher se afirme e se contenha em uma existência familiar e associal" (Furter, 1967, p. 310).

Com isso se garante uma dupla limitação da participação feminina nas atividades produtivas: 1.º circunscrevendo-a aos momentos de crise social aguda (guerras, cataclismas); 2.º dirigindo-a a tarefas "femininas".

A concepção apriorista de mulher, sendo estática e imobilista, atua no sentido de prevenir uma tomada de consciência crítica da condição feminina de marginalização, dentro do universo dos homens. Agindo alternativamente, os mitos da bondade e da maldade femininas buscam convencer a mulher de uma pretensa superioridade compensatória, que lhe compete cultivar e desenvolver enquanto arma secreta na eterna "luta entre os sexos".

#### 6.1.2. *Concepção experimentalista*

A concepção apriorística vem-se opondo, com grau muito variável de sucesso, a idéia de mulher como um ser humano, cuja natureza é histórica. É uma carreira que se vem desenvolvendo no tempo, é um "dever". Se é diferente dos homens no plano biológico, daí não se pode derivar nenhuma idéia de submissão.

Ninguém nasce mulher, torna-se mulher, diz Simone de Beauvoir. Não é por natureza que a mulher se submete ao homem, pois, tanto a obediência quanto a desobediência são-lhe igualmente naturais, enquanto igualmente possíveis. A seleção de uma ou de outra constitui um problema de escolha e, portanto, uma questão cultural e não um determinismo fatal. Exemplo disso é o fato de que as expedições à Antártida deixaram de ser vistas, nos Estados Unidos, como um "Clube do Bolinha", no qual "mulher não entra". Para isso, bastou que as russas provassem que a mulher resiste, tão bem quanto o homem, às condições polares de vida.

Dentro desse contexto, porque iríamos esperar que nossos jovens trouxessem consigo uma idéia *experimentalista* de mulher?

#### 6.1.3. *A lição dos fatos*

A variável *concepção descritiva do papel de mulher* foi operacionalizada pelo item 59 de nosso questionário. Tratava-se de um item de resposta livre em que indagávamos: "Em sua opinião, que é mulher?". As respostas obtidas aplicamos o esquema de uma análise de conteúdo, que nos permitiu classificá-las em duas categorias: *apriorística* e *experimentalista* — extremos de um "continuum" que vai do "tradicional" ao "moderno".

Na categoria *apriorística*, indicadora de tradicionalismo, incluímos todas as respostas que atribuíam à mulher uma "essência" específica (as características tradicionais de "doçura", "meiguice", "falta de inteligência", etc.); as que lhe assinalavam uma posição clara de dependência face do homem ("coisa", "ser destinada a agradar", "consolar", "amparar", "educar", etc.); as que acentuavam sua característica divinizatória ("ser que eu adoro", "venerável", etc.); as que acentuavam seu caráter erótico ("pode 'perder' o homem"); as que, mesmo fazendo concessões à emancipação feminina, procuravam contê-la em certos limites, por exemplo, de "decência", de "conciliação com o valor mais alto de domesticidade", etc.; e as que, reconhecendo uma certa libertação da mulher, condenavam-na e rejeitavam-na ("o que a mulher tem que ser é mesmo a rainha do lar", etc.).

Na categoria *experimentalista*, indicadora de modernismo, incluímos as respostas que afirmavam que a mulher é um ser humano ou que advogavam igualdade de direitos para ela; as que simplesmente indicavam ter consciência da evolução histórica da mulher e as que reconheciam que o destino da mulher, em nossa sociedade, não é o único possível ou não deve ser mantido por mais tempo.

Consideramos *anuladas* as respostas vagas, difíceis de classificar numa ou noutra das concepções descritivas.

TABELA 1 — CONCEPÇÕES DESCRITIVAS DO PAPEL DE MULHER (Item 59)

Categorias	N	%
Apriorística	368	64
Experimentalista	109	19
Respostas anuladas	29	5
Respostas em branco	69	12
Total	575*	100

\* O N é de 575, dado o extravio de 7 questionários.

Os resultados expressos na Tabela 1 mostram que a grande maioria (64%) de nossos jovens mantém uma orientação tradicional a respeito da mulher. Como essa orientação é ainda predominante em nossa sociedade atual, e como se trata de uma orientação irracional, podemos supor que seja sintoma de uma consciência ingênua, de uma consciência que não chegou, talvez, sequer a problematizar a questão.

Pode-se supor que a idéia de mulher, exposta pelos jovens como sendo deles, tem na verdade muito menos de pessoal do que eles imaginam ou gostariam de admitir. Essa suposição é reforçada, se passarmos de um nível de análise quantitativo, para outro qualitativo e nos detivermos um pouco no estudo do conteúdo mesmo das respostas.

#### A. Exemplos Típicos de respostas da categoria apriorística

##### A.1 — Respostas que acentuam as diferenças específicas: "Mulher é, antes de tudo, sexuada"

Sujeito nº 20: "É um ser humano diferente do homem por natureza, não apenas em caracteres físicos, como mentais e espirituais. Pensa menos e fala mais em geral, é mais egoísta que o homem, mas mais forte em relação à dor física. Enfim é bem diferente do homem: ain:ã bem!"

Parece subvalorizar a mulher, na melhor tradição por exemplo dos hebreus, que rezavam: "Eu vos agradeço, meu Deus, por não terdes feito de mim uma mulher".

Sujeito nº 44: "Bichinho de cabelos compridos e idéias curtas... Porém devem ser selecionadas: sabem fazer com palavras o que não se faz com força: convencem muito bem".

Schopenhauer ainda tem adeptos. A resposta acentua a a famigerada crença de que, no fundo, é a mulher que manda, mercê de seu poder sugestivo. Se isto faz bem ao ego feminino, é também compatível com a vaidade do "macho".

Sujeito nº 43: "Ser dotado de mais sentimentalismo e emotividade, complemento do homem".

Esta é a resposta de uma jovem. Ela mostra em que medida a própria mulher endossa sua condição de caudal do ego masculino.

Sujeito nº 59: "É um conjunto de ingredientes dos quais constam amor, graça, feminilidade, beleza e carinho".

Este sujeito parece ter uma "receita de mulher", no bom estilo de Vinicius.

Sujeito nº 80: "É para mim o que disse Vinicius de Moraes: A mulher precisa ter qualquer coisa além da beleza, qualquer coisa de triste. Um molejo de amor machucado, uma beleza que vem da tristeza de se saber mulher, feita

apenas para amar, para sofrer pelo seu amor. E para ser só perdão".

É o reconhecimento de que a mulher é a grande sentimental, de que seu destino é o de ser irracional porque essencialmente emotivo, de que sua carreira é o Amor, como amante, esposa ou mãe.

##### A.2 — Respostas que acentuam a relação de complementaridade para com o homem: "A mulher é a segunda metade"

Sujeito nº 9: "É o complemento do homem. É onde o homem encontra apoio moral nas horas de necessidade".

Sujeito nº 10: "É a parte que o homem necessita para se completar".

Sujeito nº 11: "É a outra metade do homem".

Sujeito nº 16: "A segunda metade do círculo da vida".

Sujeito nº 269: "É um ser que precisa de compreensão, de amor, e ao mesmo tempo tem necessidade de ser protegido".

Sujeito nº 431: "O algo mais que o homem procura".

Comentário: Estas respostas dão-nos a impressão de estarmos lendo Rousseau... E apesar disso, quanto tempo já se passou desde o lançamento do *Emílio*... Nossos jovens porém continuam a repetir o que a tradição lhes inculcou, e que se encontra, já, entre os primitivos: a idéia desumanizadora da mulher como complemento, da mulher como ser inferior. Antropólogos relatam, por exemplo, que nas Ilhas Malecula, as mulheres não têm permissão sequer para comer com os homens, acreditando-se que elas não têm alma...

##### A.3 — Respostas que enfatizam o caráter divinizatório da mulher: "A mulher é virtude e honra da casa"

Sujeito nº 25: "É algo tão sublime que me parece não se encaixar em nenhuma definição apressada".

Sujeito nº 90: "A coisa mais sublime que Deus criou na terra".

Sujeito nº 260: "Em mulher não se deve bater nem com uma flor".

Sujeito nº 393: "Coisa mais bacana que Deus pôs no mundo".

Sujeito nº 401: "Bálsamo para a miséria do mundo".

Sujeito nº 453: "É a mais pura jóia confeccionada pela natureza".

Nestas respostas, observamos o próprio "madonismo" em marcha. Com todo esse incenso, não é de estranhar que a mulher tenha se dedicado a ser, sobretudo, mãe e esposa; como, também, que tenha encarado o casamento como uma carreira, já que, na moral vigente, solteirona, viúva ou desquitada é sinônimo de "marginalização dentro do mercado matrimonial".

##### A.4 — Respostas que enfatizam o caráter erótico da mulher: "Demônio, abandona esta forma que tomaste emprestada!"

Sujeito nº 129: "É como uma estrada, quanto mais curvas, mais perigosa".

Sujeito nº 229: "A mais caprichosa de todas as fêmeas".

Sujeito nº 98: "Como nas diferentes espécies de seres vivos, a fêmea ocupa em todas o mesmo papel, julgo que na espécie humana a mulher vai para o papel de fêmea!"

Essas respostas expressam a noção de ser perigoso, de sexo impuro que já existe entre primitivos. Assim, encontramos na mitologia das tribos siberianas, na Índia ou na Nova Guiné, por exemplo, a lenda da vagina dentada e o conseqüente temor dos homens pelos órgãos genitais femininos, ou pela cópula. Esse temor acaba por criar um temor da própria mulher, como "maligna, capaz de qualquer crime, uma ave de rapina, um vampiro, uma feiticeira, insaciável em seus desejos" (Hays, 1968, p. 72).

Esse rápido retrospecto permite-nos verificar como nossos jovens são portadores de noções sedimentadas desde há muitos e muitos séculos. Nelas estão presentes todos os componentes da idéia apriorística: mulher como *diversão sexual*, como *ser inferior*, como ser com atributos *específicos* e até a clássica da *ambivalência* do homem perante o feminino.

Seria legítimo pensar que os jovens ignoram o próprio esforço da emancipação feminina? Não, porque eles o levam em conta. Porém, as conquistas da mulher, por exemplo, no setor profissional, não contribuíram para levá-los a uma reformulação da idéia apriorística. Ao contrário, resolvem a incongruência, negando validade à emancipação ou subordinando-a a certos limites, isto é, aos limites da própria condição de ser, antes de tudo, sexuado.

Nesse sentido, mesmo quando o jovem faz concessões à realidade histórica, a idéia apriorística de mulher aparece como obstáculo à emancipação feminina. É o que se pode inferir, por exemplo, das duas respostas seguintes, dadas pelos mesmos jovens:

- “Apesar de ter se emancipado deve continuar a ser amada e protegida” (Sujeito nº 514).
- “Deve tentar igualar-se ao homem mas nunca tentar ultrapassá-lo” (Sujeito nº 582).

#### B. Exemplos típicos de respostas da categoria experimentalista

##### B.1 — Respostas que afirmam a natureza humana da mulher

Sujeito nº 45: “É antes de tudo um ser humano”.  
Sujeito nº 40: “Um ser humano”.

##### B.2 — Respostas que defendem a igualdade de direitos para a mulher

Sujeito nº 5: “Um ser humano com os mesmos direitos e obrigações que os homens...”

Sujeito nº 17: “Um elemento da sociedade, cujas características são diferentes dos homens, porém que deve ter os mesmos direitos...”

##### B.3 — Respostas que reconhecem a relatividade histórica da condição de mulher

Sujeito nº 76: “Ser humano que apareceu juntamente com o homem, possuindo os mesmos direitos; porém a sociedade restringiu alguns de seus direitos, dando certos privilégios aos homens”.

Sujeito nº 139: “É um ser que deveria ter os mesmos direitos e deveres que os homens mas que, em virtude da sociedade medieval em que vivemos, é considerado inferior”.

Sujeito nº 304: “Nos países subdesenvolvidos a igualdade entre homens e mulheres ainda não existe”.

Sujeito nº 316: “A mulher conseguiu se libertar de alguns preconceitos, mas não todos”.

Antecipando-nos às críticas do leitor, somos obrigados a considerar, com reservas, nossa classificação tipológica, especialmente no que respeita à categoria experimentalista. Ela vale apenas enquanto primeira aproximação, porque mesmo uma decidida apologia da igualdade entre os sexos pode ocultar uma visão discriminativa do status feminino: há direitos e direitos...

Examinando a massa de dados obtidos em nossa pesquisa, verificamos que as respostas de nossos jovens dizem-nos não só o que a mulher tem sido, como aquilo que se espera continue a ser. Talvez por isso nossos jovens não tenham sido originais.

Tal como atores, limitaram-se a repetir suas falas, as mesmas que lhes foram inculcadas pela participação numa cultura masculinamente organizada e discriminativa.

Assim é que, embora quase vinte anos e muitas milhas separem nossa pesquisa da de Anne Marie Rocheblave-Spenlé (1954), realizada com jovens universitários europeus de ambos os sexos e de idade inferior a 30 anos, a conclusão ainda parece ser a mesma: o retrato da mulher é o negativo do retrato do homem. Tal como no trabalho acima citado seria possível transformar as respostas dos nossos sujeitos numa lista de “traços femininos” a qual, por certo, não ficaria muito diferente da que Spenlé encontrou, e na qual os *defeitos* parecem superar de longe as *qualidades* femininas: “caprichosa — coquete — gosto pela “toilette” — intuitiva — frívola — mentirosa — pudica — carinhosa — sensível — faladora — maneirista — emotiva — submissa — necessidade de agradar — histérica — estouvada — curiosa — doce — incoerente — astuciosa — passiva — necessidade de confiar — fraca — pueril — necessidade de ter filhos — discreta — medrosa — necessidade de amor — sensível” (Péchadre e Roudy, s.d., p. 31).

## 6.2. AS CONCEPÇÕES NORMATIVAS DO PAPEL DA MULHER

A discussão das concepções normativas do papel de mulher, ou seja, do ideal de mulher, será feita em relação a seu papel no trabalho, na família e na política.

### 6.2.1. No trabalho

Três perguntas do questionário permitiram uma sondagem das concepções ideais que os jovens mantêm acerca do trabalho da mulher: aquela em que se indaga sobre decisão futura quanto a trabalho da mulher casada (item 20), aquela em que se indaga dos motivos dessa decisão (item 21) e a referente ao grau desejável de instrução para os filhos de ambos os sexos (item 38).

#### A — Atividade remunerada da mulher casada como opção futura

A escolha do trabalho da mulher casada, como pivô para análise das concepções acerca do papel profissional da mulher, prende-se ao fato de que, como já demonstraram as pesquisas realizadas pelo grupo de Chombart de Lauwe, parece haver certa progressão de “permissividade”: “a mulher solteira *deve* trabalhar; a mulher casada sem filhos ou com filhos grandes *pode* trabalhar; a mulher casada com filhos de tenra idade *não deve* trabalhar” (Chombart de Lauwe, 1964, p. 36).

Os resultados expressos na Tabela 2 indicam que, quanto à opção futura, a maior concentração

TABELA 2 — ATIVIDADE REMUNERADA DA MULHER CASADA COMO OPÇÃO FUTURA (Item 20)

<i>Categorias</i>	<i>N</i>	<i>%</i>
1. Nunca exercer atividade remunerada	106	18
2. Exercer atividade remunerada, independentemente de qualquer necessidade econômica	169	29
Exercer atividade remunerada:		
3. só em caso de necessidade econômica	73	13
4. só se for no próprio lar	20	3
5. só se se tratar de atividade "feminina"	12	2
6. só se for de meio-período	12	2
7. só enquanto não houver filhos	24	4
8. só se não exigir trabalho noturno	13	2
9. só depois que os filhos crescerem	5	1
10. só se for para ganhar bem	31	5
11. só se for por necessidade psíquica	2	0,5
<i>Sub-total</i>	467	32,5
12. só em caso de necessidade econômica e para ganhar bem	6	1,0
13. só em caso de necessidade econômica e se for no próprio lar	5	1,0
14. só em caso de necessidade econômica e só se se tratar de atividade feminina	3	0,5
15. só em caso de necessidade econômica e só se for de meio-período	1	0,2
16. só em caso de necessidade econômica e enquanto não houver filhos	9	2,0
17. só em caso de necessidade econômica e só se não exigir trabalho noturno	3	0,5
18. só se for no próprio lar e depois que os filhos crescerem	1	0,2
19. só se for atividade feminina e só enquanto não houver filhos	1	0,2
20. só se for de meio-período e para ganhar bem	2	0,5
21. só se for de meio-período e enquanto não houver filhos	4	0,5
22. só se for de meio-período e se não exigir trabalho noturno	3	0,5
23. só se for para ganhar bem e se não exigir trabalho noturno	1	0,2
24. só se for para ganhar bem e depois que os filhos crescerem	1	0,2
<i>Sub-total</i>	40	7,5
25. Mais de duas restrições	26	5
26. Respostas anuladas (incongruentes)	18	3
27. Respostas em branco	31	5
<i>Total</i>	582	100

Indicadores de tradicionalismo: categorias 1; 3 a 25.  
 Indicador de modernismo: categoria 2.

ocorreu em torno da alternativa de “exercer uma atividade remunerada independentemente de qualquer necessidade econômica” (29%). Todavia, essa concentração é relativamente fraca, devendo levar-se em conta que o propósito de “nunca exercer qualquer atividade remunerada” recebeu 18% de respostas e que as demais alternativas, indicativas de *restrições* ao exercício do trabalho por parte da mulher casada, são responsáveis por 45% das respostas.

Em suma, para 29% de respostas totalmente favoráveis ao trabalho da mulher, tivemos 63% de respostas contrárias ou favoráveis apenas dentro de certas *condições*. É fácil constatar que a quase totalidade dessas *condições* traduz um compromisso com a concepção da mulher enquanto *reprodutora*, cuja vocação primeira é a doméstica. O exercício de uma atividade remunerada será justificável só em casos de necessidade econômica e será tolerável se não interferir com a “carreira doméstico-materna” (“se for no próprio lar”; “enquanto não houver filhos”; “depois que os filhos crescerem”). Por outro lado, esse compromisso força o aparecimento de restrições do tipo “só se não exigir trabalho noturno” ou “só se for de meio-período”, ambas vinculadas diretamente ao padrão de permanência no lar, que a sociedade reserva à mulher casada. O curioso é que todas essas restrições praticamente circunscrevem o acesso da mulher casada às assim chamadas atividades “femininas”, que são também as de mais baixa remuneração, as mais rotineiras, que exigem menor preparo profissional, onde não há possibilidade de carreira, e onde a ameaça potencial de desemprego é sempre maior. Tal objetivo conflita com os ideais de “ganhar bem” e de “obter uma satisfação psíquica”, apontados por nossos sujeitos como possíveis justificativas para o trabalho da mulher casada.

Tais resultados estão congruentes com os dados anteriormente obtidos por Berlinck, com uma amostra de 600 alunos do 3.º colegial de escolas públicas e particulares da cidade de São Paulo. Apenas 36% dos sujeitos consideraram que mulher casada e com filhos poderia exercer atividade remunerada, independentemente de qualquer restrição (Berlinck, 1964, p. 144).

B — *Motivos da aceitação ou recusa da atividade remunerada da mulher casada, enquanto opção futura*

Se confrontarmos a lista de motivos impressa no item 21 do questionário com os resultados obtidos na Tabela 3, a primeira constatação interessante é a de que todos os acréscimos feitos à listagem original provieram dos sujeitos favoráveis ao trabalho da mulher casada, o que parece indicar que nossa seleção de “motivos” cobre bem toda a gama das

pseudo-razões que se costuma invocar contra o exercício ocupacional da mulher casada. Tanto a alegação de “prejuízo ao lar”, quanto a de que “trabalhar é dever do chefe da casa”, além de representar uma “ameaça à feminilidade da mulher”, filiam-se única e exclusivamente à ideologia do matrimônio como “a carreira” para a mulher. Mesmo a alegação — bem mais realista — de que o trabalho da mulher casada nem sempre é “economicamente compensador”, é uma pura decorrência da política de marginalização sócio-econômica da mulher já que não só é maior seu grau de despreparo profissional, como são maiores as barreiras que se lhe antepõem para ingresso e promoção ocupacional. Resultados de pesquisas que vêm sendo realizadas mais ou menos recentemente em São Paulo, pelo Grupo de Planejamento Setorial da Secretaria do Trabalho e Administração, apontam que, na indústria, a mão-de-obra feminina é mais barata que a masculina porque:

- a) A média de salário-hora para profissionais de nível médio do sexo masculino é cerca de 57% superior à das mulheres... Mesmo nas profissões de secretária, treinamento e tradução — consideradas femininas — o salário do “sexo forte” é cerca de 25% maior.
- b) Quanto às categorias profissionais, as mulheres na indústria estão em sua maioria na classe de *adestradas*, ou seja, exercem funções que exigem curto período de aprendizado e realizam tarefas de maneira puramente mecânica.
- c) Em todas as categorias encontramos muitas dificuldades na ascensão das mulheres a posições profissionais mais elevadas (São Paulo, 1970).

Quanto aos motivos de aceitação da legitimidade de um destino profissional para a mulher, podemos agrupá-los em duas categorias: “instrumentais” e “de consumo pessoal”, conforme privilegiem o trabalho feminino como *meio para obter vantagens extrínsecas*, ou como *fim em si*. São representantes da primeira categoria os motivos 1, 6, 7, 9, 10 e 11, aos quais aderiram quase 16% de nossos sujeitos. Os motivos 2, 3, 4 e 5, representam o outro grupo com um total de 17% de adesões o que demonstra não haver predomínio de uma ou outra das orientações valorativas, no grupo consultado.

Se confrontarmos as motivações de nossos jovens com as razões que os sujeitos entrevistados na França, pelo grupo de Chombart de Lauwe, apresentaram como justificativas para o trabalho feminino, podemos verificar, pelo Gráfico 1, que as razões de nossos vestibulandos aparecem com frequência mais alta, exatamente naquelas categorias que os pesquisadores franceses consideraram *típicas* da média e alta burguesia: as classes C-D-E nas quais “se encara o valor do trabalho em si e os benefícios psicológicos que as mulheres podem extrair dele.

TABELA 3 — MOTIVOS DE ACEITAÇÃO OU RECUSA DA ATIVIDADE REMUNERADA DA MULHER CASADA, ENQUANTO OPÇÃO FUTURA (Item 21)

<i>Categorias</i>	<i>N</i>	<i>%</i>
<b>I — MOTIVOS DA ACEITAÇÃO*</b>		
1. Mulher deve ser economicamente independente	80	14
2. Mulher deve realizar-se profissionalmente	80	14
3. Mãe que trabalha faz sua higiene mental	11	2
4. Mulher que não trabalha fora acaba bitolada	1	0,2
5. Para plena realização da mulher	5	0,9
6. Por uma questão de igualdade de direitos	4	0,7
7. Para que a mulher ganhe experiência	1	0,2
8. Porque deve e pode haver conciliação lar-trabalho	1	0,2
9. Porque é um dos fatores de estímulo à realização do homem	1	0,2
10. Para ajudar financeiramente em casa	1	0,2
11. Só se houver necessidade econômica	3	0,5
<i>Sub-total</i>	188	33
<b>II — MOTIVOS DA RECUSA**</b>		
1. A presença da mãe no lar é necessária	158	27
2. Alguma coisa sempre fica prejudicada com o trabalho da mulher casada	15	3
3. Mãe que trabalha prejudica os filhos	23	4
4. Ao homem cabe, como chefe da casa, sustentar mulher e filhos	69	12
5. Para que mulher não se exponha a influências externas	4	0,7
6. Mulher que exerce atividade masculina acaba por identificar-se ao homem	4	0,7
7. O trabalho da mulher casada não é economicamente compensador	2	0,3
<i>Sub-total</i>	275	47
III — Respostas anuladas (incongruentes)	101	17
IV — Respostas em branco	18	3
<i>Total</i>	582	100

\* Indicadores de modernismo.

\*\* Indicadores de tradicionalismo.

Assim à medida que se passa das classes operárias às de nível intermediário e alto crescem o número de respostas considerando como causa possível do trabalho profissional (feminino), 'o gosto e o interesse pela ocupação', 'o desejo de ter seu próprio dinheiro', 'de ser independente', 'de romper a monotonia das tarefas domésticas' (Chombart de Lauwe et al., 1963, p. 206)<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> É preciso ressaltar que esse confronto é meramente aproximativo porque:

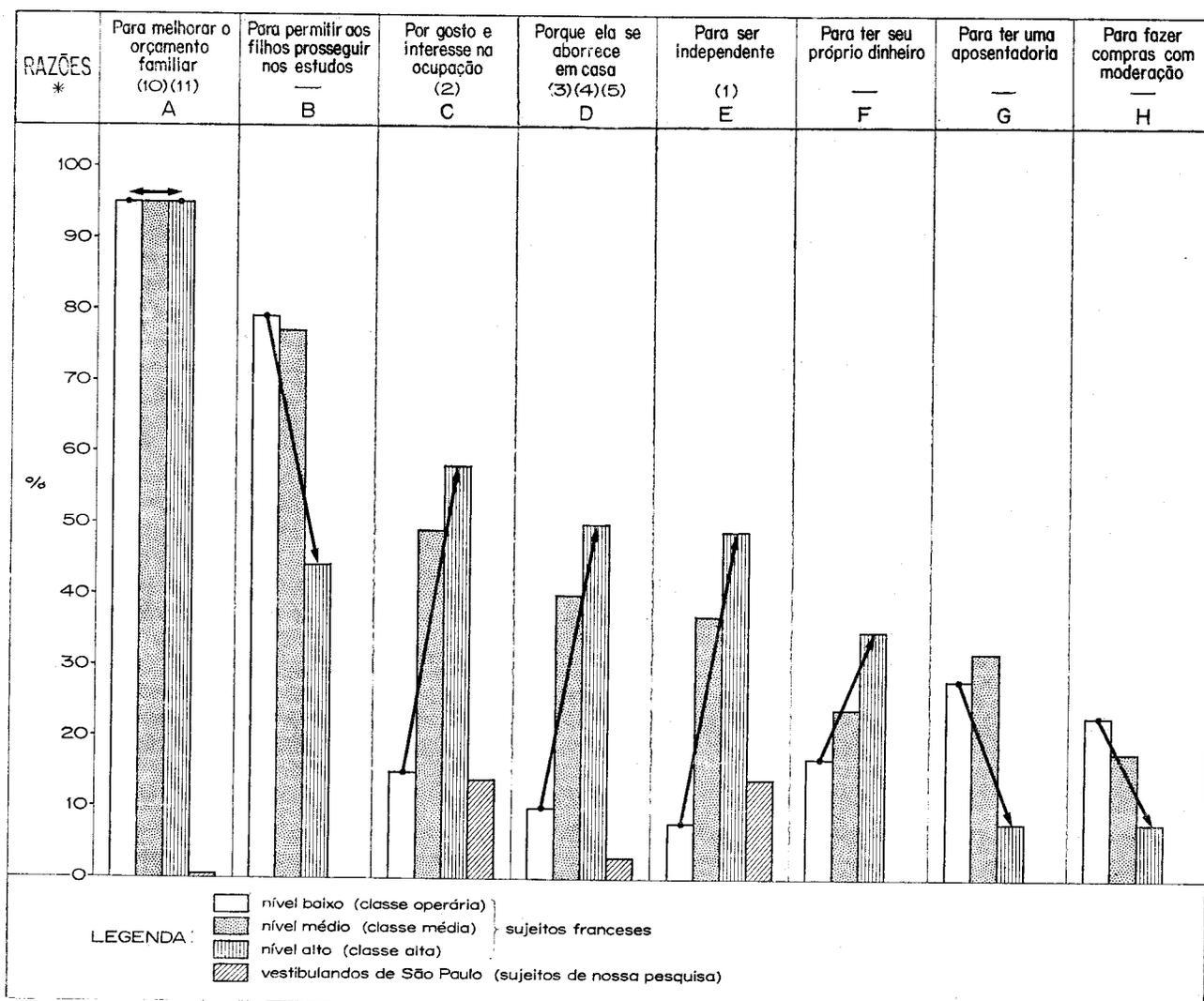
- no instrumento aplicado em França, os sujeitos podiam assinalar mais de uma alternativa, ao contrário do instrumento aplicado no Brasil;
- além disso, nem todas as alternativas ou razões oferecidas aos sujeitos franceses foram apresentadas aos nossos vestibulandos.

Essa similitude é fácil de compreender, se lembrarmos que, respectivamente, 29 e 46% de nossos sujeitos pertencem aos níveis sócio-econômicos *alto* e *médio*.

A maior diferença entre os sujeitos franceses e brasileiros correu na categoria A que obteve o maior índice de frequência no grupo francês — independentemente de classe social — e dos menores índices entre os sujeitos brasileiros.

Por outro lado, se confrontarmos as frequências correspondentes aos motivos de *aceitação* e *recusa*, indicadas na Tabela 3, observaremos um predomínio dos motivos de *recusa* (47% versus 33%), o que é compreensível, tendo-se em vista que a maioria de nossos sujeitos opôs certo grau de resistência ao trabalho da mulher casada.

GRÁFICO 1 — PRINCIPAIS RAZÕES QUE LEVAM AS MULHERES A TRABALHAR (ADAPTADO DE CHOMBART DE LAUWE ET AL. 1963, p. 207).



(\*) Os números correspondem aos MOTIVOS DA ACEITAÇÃO DO TRABALHO DA MULHER CASADA, listados na Tabela 3.

C — Grau desejável de instrução para os filhos de um e outro sexo

As respostas oferecidas ao item 38 permitem inferir que a grande maioria dos sujeitos (81%) acha que é desejável o mesmo grau de instrução para rapazes e moças (Tabela 4). Nesse sentido, nossos sujeitos mostraram-se muito mais igualitários que os sujeitos entrevistados por Chombart de Lauwe,

e em cujo grupo a adesão a essa fórmula chegou apenas a 64% das respostas. Todavia, “o princípio de uma identidade de ensino para o jovem e a jovem não é sempre sinal de um abandono da imagem tradicional da feminilidade. Ele pode ser uma institucionalização reconhecida necessária na evolução da vida moderna, em que a mulher é levada a desempenhar um papel novo e importante” (Chombart de Lauwe et al., 1963, p. 119).

TABELA 4 — GRAU DESEJÁVEL DE INSTRUÇÃO PARA OS FILHOS, DE UM E OUTRO SEXO (Item 38)

<i>Categorias</i>	<i>N</i>	<i>%</i>
1. O mesmo grau de instrução para rapazes e moças*	472	81
2. Grau de instrução maior para o rapaz**	83	14
3. Grau de instrução menor para o rapaz**	0	0
4. Respostas anuladas (incongruentes)	5	1
5. Respostas em branco	22	4
<i>Total</i>	582	100

\* Indicadora de modernismo.

\*\* Indicadoras de tradicionalismo.

Como já se assinalou na literatura, a época das pioneiras já passou e já se foi o tempo em que inglesas, francesas, belgas, italianas e até brasileiras<sup>6</sup> tinham que lutar homericamente para ver reconhecido seu direito de exercer medicina e advocacia.

Hoje, a mulher pode ser admitida em quase todos os cursos universitários existentes no Brasil. Todavia, por trás dessa conquista aparentemente "igualitária", pode esconder-se ainda e sempre uma discriminação. Assim, nos cursos universitários em geral, a participação masculina permanece quase o dobro da feminina: 62% de efetivos masculinos contra 38% femininos (Anuário Estatístico do Brasil, 1971, p. 716).

Por outro lado, "aprendendo a se ver com os olhos do homem", as mulheres vêm-se encaminhando para cursos universitários, segundo a mesma lei de "rentabilidade e prestígio" que, no dizer de Sullerot, comanda a divisão das profissões em *masculinas* e *femininas* (Sullerot, 1970, p. 262-265). Se as ocupações femininas são as de menor rentabilidade

— porque mais rotineiras, exigindo menor sofisticação técnica — e de menor prestígio — porque mais mal pagas — o corolário é de que os cursos "femininos", enquanto propedêuticos a ocupações femininas, serão aqueles de nível mais baixo de exigência intelectual, além dos assim chamados "cursos espera-marido", extensões disfarçadas do preparo para a "carreira tradicional" de esposa e mãe. O Gráfico 2 mostra a distribuição de frequência por sexo dos cursos universitários brasileiros, no ano 70. Em 21 dos 37 cursos, a matrícula masculina ainda preponderou sobre a feminina; se considerarmos 60% como um divisor de águas, será fácil verificar quais os cursos "femininos", isto é, quais os que tiveram porcentagens de matrículas femininas maiores, quando muito iguais a 60%. São aqueles ligados especialmente às letras, artes, educação, filosofia ou prestação de serviços pessoais (psicologia, enfermagem, obstetrícia, etc.), campos esses considerados tradicionalmente como estando de acordo com o complexo doméstico-maternal da "natureza" feminina.

Dizer pois que se deseja o mesmo grau de instrução para filhos de sexos diferentes não é em si uma garantia de modernidade nas concepções sobre o papel da mulher: ela pode ocultar uma ideologia de discriminação. Ao contrário, a admissão de que o homem deve ter um grau superior de instrução é um indicador seguro de tradicionalismo. 14% de nossos vestibulandos expressaram tal concepção que, segundo Chombart de Lauwe, é mais característica das classes desfavorecidas.

"A concepção de um ensino mais necessário ao rapaz que à moça apoia-se sobre um certo número de princípios. Os sujeitos vêm no primeiro, um futuro chefe de família. 'Os jovens — afirmava uma operária de Villejuif — serão chefes de família um dia. Eles devem ter melhor bagagem'. Urge lembrar aqui que a necessidade econômica obrigava e obriga ainda — às vezes — as famílias operárias a fazerem apenas os rapazes prosseguirem seus estudos" (Chombart de Lauwe et al., 1963, p. 119).

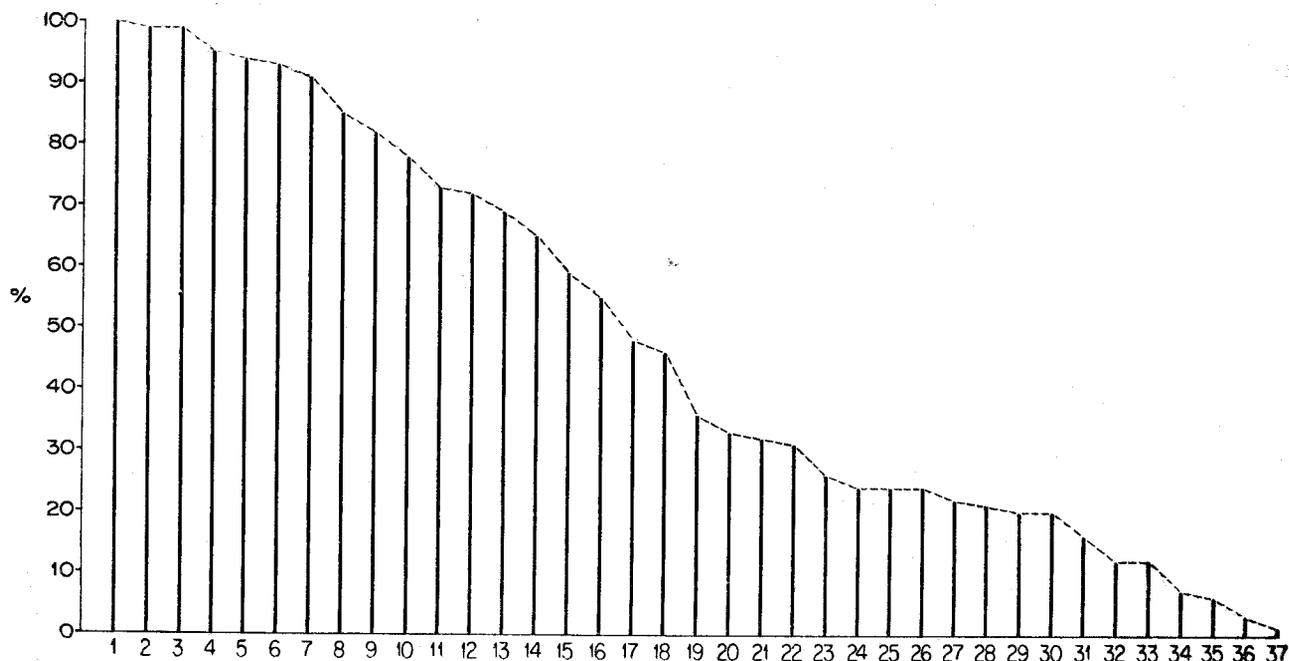
6 O exemplo das vicissitudes que cercaram a vida acadêmica das primeiras médicas de São Paulo pode ser ilustrativo. Os seguintes excertos falam por si mesmos.

"Em 1918, quando iniciou os estudos de medicina em São Paulo [a Dr<sup>a</sup> Carlota Pereira de Queiroz] possuía apenas mais duas colegas. O número aumentou para cinco, ao prosseguir o curso no Rio de Janeiro... A luta de dona Carlota Pereira de Queiroz começou ao desejar cursar a Faculdade de Medicina. Precisou esperar a maioridade para alcançar seu objetivo..." (Trabalho da mulher está cercado de preconceitos. *O Estado de S. Paulo*).

"O fato [do ingresso da primeira mulher na Faculdade de Medicina de São Paulo] era tão insólito que os estudantes e mesmo os professores cercaram-na de brincadeiras. Certa vez um professor fez-lhe chamada oral em classe e pediu-lhe para descrever as glândulas mamárias. A moça, que estava de pé, sentiu-se embaraçada e baixou os olhos.

— Pode sentar. Zero. A senhora está colando!!..." (Direito e arquitetura já são das mulheres..., *Monte Alegre*, 1970, p. 3).

GRÁFICO 2 — MATRICULA FEMININA, NO INÍCIO DE 1970, EM CURSOS DE GRADUAÇÃO, DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO.



(FONTE — Anuário Estatístico do Brasil, Fundação IBGE, 1971, p. 714-716).

LEGENDA

1) Obstetrícia	100%	13) Licenciatura (geral)	69%	26) Estatística	24%
2) Administração doméstica	99%	14) Relações Públicas	65%	27) Medicina	22%
3) Filosofia (bacharelado)	99%	15) Jornalismo	59%	28) Química Industrial	21%
4) Enfermagem	95%	16) Desenho industrial	55%	29) Matemática	20%
5) Biblioteconomia	94%	17) Farmácia	48%	30) Física	20%
6) Serviço social	93%	18) Educação Física	46%	31) Criminalística	16%
7) Letras	91%	19) Ciências Sociais	36%	32) Medicina Veterinária	12%
8) Psicologia	85%	20) Odontologia	33%	33) Administração e Economia	12%
9) Museologia	82%	21) Arquitetura	32%	34) Agricultura	7%
10) Artístico	78%	22) Ciências Biológicas	31%	35) Geologia	6%
11) Nutrição	73%	23) Ciências Biomédicas	26%	36) Engenharia	3%
12) Fisioterapia	72%	24) Diplomacia	24%	37) Agrimensura	1%
		25) Direito	24%		

6.2.2. Na política

As concepções acerca do papel ideal da mulher na política serão analisadas em três níveis.

A — quanto à importância do conhecimento de política para a mulher;

B — quanto à participação da mulher em política estudantil;

C — quanto à participação em política nacional.

A — Importância do conhecimento de política para a mulher

Seu referente é dado pelo item 44. De nossa amostra, 81% dos sujeitos consideraram-no neces-

sário, tanto para rapazes quanto para moças (Tabela 5). É um fato até certo ponto auspicioso, mas não muito significativo se considerarmos que a formação política por si só — tal como qualquer outra formação acadêmica — apenas capacita a mulher para o desempenho de determinadas tarefas, mas não é garantia suficiente de que vá desempenhá-las efetivamente.

Essa aspiração “igualitária” pode, por isso, ocultar uma concepção “sexuada” das vantagens decorrentes do conhecimento de política: *instrumental de ação* para o homem, *ilustração* para a mulher, bem ao gosto renascentista de um Leonardo Bruni, por exemplo, que no seu *De Studiis et Litteris Liber*, recomenda às senhoras cristãs a leitura de *oradores*

TABELA 5 — IMPORTÂNCIA DE CONHECIMENTO POLÍTICO, SEGUNDO O SEXO (Item 44)

<i>Categorias</i>	<i>N</i>	<i>%</i>
1. Igualmente desnecessário para rapazes e moças**	23	4
2. Necessário só para rapazes**	38	7
3. Necessário só para moças**	2	0,3
4. Necessário para rapazes e moças*	474	81
5. Respostas anuladas (incongruentes)	4	0,7
6. Respostas em branco	41	7
<i>Total</i>	582	100

\* Indicadora de modernismo

\*\* Indicadoras de tradicionalismo

e poetas (Nunes e Mereci, 1974). Ao contrário, é muito mais claro o significado das respostas dos 7% de sujeitos que consideraram o conhecimento de política ser uma necessidade *apenas* para os homens: são tradicionalistas, sensíveis à idéia de política como um campo masculino de atuação onde mulher não deve penetrar... "nem mesmo em idéias". Finalmente, se lembrarmos que *política* vem do grego "politikel", sendo um "sinal de civilização", é grato notar que apenas 4% de nossos sujeitos consideraram *desnecessário* o conhecimento político *tanto* para rapazes, quanto para moças.

#### B — Participação feminina em política estudantil

Os resultados obtidos com o item 46 de nosso questionário, expressos na Tabela 6, indicam quando comparados aos da Tabela 5, um decréscimo no grau de permissividade dos nossos sujeitos: 71% consideraram-na legítima para rapazes e moças, contra 81%

que defendiam a necessidade do conhecimento político para rapazes e moças.

Tais resultados parecem confirmar nosso raciocínio de que uma coisa é defender a instrução política das mulheres e outra, defender sua atuação, ainda que seja em política estudantil. Se considerarmos que, para muitos, a política estudantil é uma via propedêutica ao exercício da vida pública propriamente dita poderemos considerar os resultados que acabamos de discutir como prenunciadores da posição que nossos jovens irão assumir acerca da participação da mulher na política em geral.

#### C — Participação feminina em política

Os itens 47 a 50, como resultados expressos nas Tabelas 7 a 10, são indicadores do que os sujeitos consideram ideal em termos de participação política feminina.

TABELA 6 — PARTICIPAÇÃO EM POLÍTICA ESTUDANTIL, POR SEXO (Item 46)

<i>Categorias</i>	<i>N</i>	<i>%</i>
1. Inadmissível para rapazes e moças**	34	6
2. Admissível só para rapazes**	75	13
3. Admissível só para moças**	1	0,2
4. Admissível para rapazes e moças*	414	71
5. Respostas anuladas (incongruentes)	4	0,8
6. Respostas em branco	54	9
<i>Total</i>	582	100

\* Indicadora de modernismo

\*\* Indicadoras de tradicionalismo

TABELA 7 — PARTICIPAÇÃO DA MULHER EM POLÍTICA NACIONAL (Item 47)

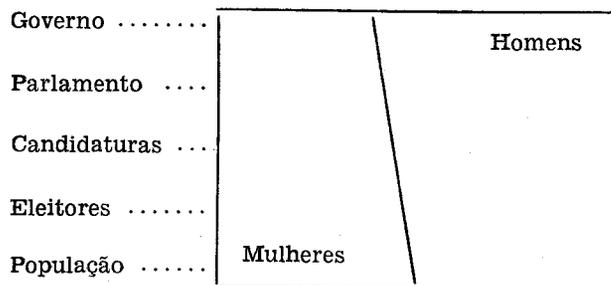
Categories	N	%
1. Mulher não deve participar na política nacional**	83	14
2. Mulher deve participar, de forma diferente da do homem**	160	28
3. Mulher deve participar de forma idêntica à do homem*	305	52
4. Respostas anuladas (incongruentes)	5	1
5. Respostas em branco	29	5
<b>Total</b>	<b>582</b>	<b>100</b>

\* Indicadora de modernismo

\*\* Indicadoras de tradicionalismo

Apenas 14% dos sujeitos foram taxativos: “mulher não deve participar de política”. Aproximadamente 80% foram a favor da participação feminina. Mas, enquanto 52% advogaram uma participação idêntica à do homem, 28% endossaram uma participação diferencial. Se somarmos esta última porcentagem à dos indivíduos totalmente contrários à participação política da mulher, teremos mais de 40% das respostas, o que indica que a ideologia discriminativa está presente aqui também, embora não seja predominante. Porém, o termo participação é um tanto dúbio e pode dar margem a níveis diferentes de marginalização da mulher. Como já assinalou Duverger “ainda que demograficamente mais numerosas (as mulheres representam 54% do corpo elei-

toral), ainda que não se abstendo mais do que os homens, no momento dos escrutínios, ainda que participando na base da vida política, as mulheres vêem seu número diminuir à medida que se aproximam das zonas de poder, acabando por tornar-se ínfima minoria. A representação gráfica desta situação dá uma forma piramidal”.



(Duverger, 1955).

Daí, as perguntas 48 e 49 de nosso instrumento, em que procuramos explicitar melhor o sentido do termo participação política. Na questão 48, encontramos atividades que implicam numa progressão de participação que vai desde votar nas eleições, ler a seção política de um jornal, discutir política numa roda de amigos, escrever sobre política num jornal, até fazer curso de política, candidatar-se a cargos eletivos, militar em partidos políticos, distribuir manifestos, falar em comícios. A aquiescência dos sujeitos seguiu essa ordem, com a participação em termos de exercício do voto vindo em 1.º lugar (79% indicando-a para a mulher) e com a participação verbal em comícios recebendo a maior repulsa (48% contraindicando-a), tal como consta da Tabela 8.

TABELA 8 — ATIVIDADES POLÍTICAS INDICADAS E CONTRA-INDICADAS PARA A MULHER (Item 48)

Atividades	Indicadas*		Contra-indicadas**		Respostas anuladas		Respostas em branco		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1. Votar nas eleições	461	79	12	2	2	0,5	107	18,5	582	100
2. Ler a seção política de um jornal	407	70	36	6,5	3	0,5	134	23	582	100
3. Discutir política numa roda de amigos	286	49	138	24	5	1	153	26	582	100
4. Escrever sobre política num jornal	272	47	142	24	1	0,5	167	28,5	582	100
5. Fazer curso de política	234	40	175	30	2	0,5	171	29,5	582	100
6. Candidatar-se a cargos eletivos	200	34	219	38	3	0,5	160	27,5	582	100
7. Militar em partidos políticos	165	28	243	42	3	0,5	171	29,5	582	100
8. Distribuir manifestos políticos	150	26	264	45	1	0,5	167	28,5	582	100
9. Falar num comício eleitoral	133	23	282	48	1	0,5	166	28,5	582	100

\* Indicadora de modernismo

\*\* Indicadora de tradicionalismo

Se observarmos a hierarquia crescente das contraindicações, poderemos constatar que:

- a) a menor resistência foi oposta ao voto feminino. Cinquenta anos foram suficientes, ao que parece, para tornar pacífico o reconhecimento de um direito cuja conquista demandou no entanto árduas lutas, nos idos de 1920;
- b) até 30% de nossos sujeitos rejeitaram, para a mulher, atividades de *formação e informação política*, o que é congruente com a valorização que atribuíram ao conhecimento de política para a mulher;
- c) as resistências tenderam a crescer à medida que aumentava o grau de compromisso pessoal de atividade, com a candidatura a cargos eletivos funcionando como um verdadeiro divisor de águas.

Isso significa que nossos jovens muito provavelmente endossariam as palavras de um Condorcet quando escrevia em 1790: "Não terão os homens violado o princípio da igualdade de direitos, privando tranqüilamente a metade do gênero humano do direito de concorrer à formação das leis, privando as mulheres do direito de cidade?" (apud Péchadre e Roudy, s.d., p. 41). Muito provavelmente, porém, apenas uma minoria dentre eles seria capaz de endossar um memorial como o que foi redigido em 27/10/72 pelo Congresso Nacional de Mulheres, realizado no Rio de Janeiro, em que se propunha "a integração da mulher em todas as formas de participação na vida nacional, inclusive com ingresso nos três poderes estatais... para que possa ser até Presidente da República..." (Mulheres querem acesso ao poder. *Folha de São Paulo*). O diagrama piramidal de Duverger parece ser aliás o modelo de participação política da mulher brasileira, só que bem mais afunilado: o levantamento, em 1974, do número de mulheres na Câmara e Senado Federal revelou a presença de uma única deputada para 376 representantes eleitos a 15/11/70 (Câmara dos Deputados, 1974). Coerentes com essa realidade, ao manifestarem suas opções, quanto à escolha de um candidato ao Congresso Nacional (item 49), 47% de nossos sujeitos afirmaram que prefeririam um *homem*, contra 37% que afirmaram ser "indiferentes" ao sexo do candidato (Tabela 9).

TABELA 9 — ESCOLHA DE CANDIDATOS, DE SEXO DIFERENTE, PARA O CONGRESSO (Item 49)

<i>Categorias</i>	<i>N</i>	<i>%</i>
1 — Candidato de sexo masculino**	276	47
2 — Candidato de sexo feminino**	44	8
3 — Seria indiferente*	216	37
4 — Respostas anuladas	3	0,5
5 — Respostas em branco	43	7
<i>Total</i>	582	100

\* Indicadora de modernismo

\*\* Indicadoras de tradicionalismo

A análise das razões apresentadas para essas escolhas (item 50 e Tabela 10) revela motivações inspiradas no "racismo sexual" que se estabeleceu contra a mulher. Razões como: "mulher é emotiva demais para a política"; "é muito idealista"; "nasceu para servir primeiro à família, depois à Pátria"; "para competir com o homem, a mulher tem de ser excepcional"; "mulher ainda não está madura para ingressar na política" serviram de suporte para aqueles que preferiram um candidato masculino; "política é jogo de convencimento e a mulher sabe convencer" serviu para justificar a escolha de candidato feminino, o que mostra que a escolha de uma candidata pode ser tão preconceituosa, discriminativa e tradicional quando a preferência por um candidato. Por outro lado, se as razões de escolha de um candidato masculino foram mais numerosas, as alegações do tipo "participação política é condição de emancipação feminina", "o importante é a competência" — representativas, por hipótese, de uma ideologia não marginalizante da mulher — predominaram levemente, em frequência, sobre as demais (aproximadamente 44% contra 40%). Tais dados aparentemente contraditórios com os resultados do item 49 podem resultar simplesmente de uma interferência do fator "desejabilidade social", favorecido pelo fato de termos oferecido uma lista prévia de motivos, com graus diferentes de "prestígio".

### 6.2.3. Na família

A análise das concepções acerca do papel familiar da mulher será abordada de um duplo ponto de vista:

- quanto às relações sexuais que estão no próprio núcleo da função reprodutora da família;
- quanto à divisão de responsabilidades que estão no fulcro da vida familiar, enquanto processo decisório-executivo.

TABELA 10 — RAZÕES DA ESCOLHA DE CANDIDATO AO CONGRESSO (Item 50)

<i>Categorias</i>	<i>N</i>	<i>%</i>
<b>I — RAZÕES DA ESCOLHA DO CANDIDATO MASCULINO</b>		
1. Mulher é emotiva demais para a política**	34	6
2. Mulher é muito idealista**	21	4
3. Mulher nasceu para servir primeiro à família e depois à Pátria**	41	7
4. É difícil conciliar a vida do lar com a política**	66	11
5. Para competir com o homem, a mulher tem de ser excepcional**	23	4
6. Mulher ainda não está madura para ingressar na política**	36	6
<i>Sub-total</i>	221	38
<b>II — RAZÕES DA ESCOLHA DO CANDIDATO FEMININO</b>		
1. Política é jogo de convencimento e a mulher sabe convencer**	8	1,5
2. [A participação política] é condição de emancipação feminina*	36	6,5
<i>Sub-total</i>	44	8
<b>III — RAZÕES DA ESCOLHA DE CANDIDATO, INDEPENDENTE DE SEU SEXO</b>		
1. O importante é a competência*	216	37
<i>Sub-total</i>	216	37
<b>IV — Respostas anuladas (incongruentes) e em branco</b>	101	17
<i>Total</i>	582	100

\* Indicadoras de modernismo.

\*\* Indicadoras de tradicionalismo.

#### A — O papel sexual da mulher

Homem e mulher desempenham papéis sexuais complementares. Tradicionalmente, essa complementaridade tem sido vivenciada a partir de dois complexos de mitos: o da “virgindade/madonismo” para a mulher e o de “machismo” para o homem. A fim de determinar seu grau de vigência entre jovens foi que procuramos levantar a posição valorativa de nossos vestibulandos quanto:

- a) virgindade para o homem e a mulher (item 29);
- b) relações pré-matrimoniais (item 30);
- c) afirmações indicativas de machismo (item 31) e madonismo (item 58).

##### A.1. Virgindade e relações pré-matrimoniais: a dupla moral

A análise dos dados quanto à virgindade (Tabela 11) mostra a clássica reversão: enquanto mais ou menos 60% consideram-na *essencial* ou *desejável* para a mulher, proporção levemente maior (quase 70%) a considera *indiferente* ou *prejudicial* para o

homem. A persistência do “complexo de virgindade” — como o denominou Willems — aparece mais claramente quando se constata que aproximadamente 21% dos sujeitos consideram que “o ideal é que a moça e o rapaz cheguem virgens ao casamento”, embora só 33% advoguem virgindade *apenas* para a mulher (Tabela 12).

Interessante confrontar esses resultados com os obtidos por Gaiarsa com uma amostra de 1.000 vestibulandos de São Paulo e Rio, no ano de 1964. Perguntados se: a) “um homem deve viver a vida e conhecer várias mulheres antes de se casar” e b) “uma mulher deve conhecer e ter relações sexuais com vários homens antes de se casar, a fim de escolher melhor”, cerca de 77% dos sujeitos responderam *sim* à primeira e *não* à segunda (Gaiarsa, 1966, p. 251-2). Quatro anos entre aquela pesquisa e a nossa não foram suficientes para invalidar a conclusão de Gaiarsa: “Três quartas partes de nossa população jovem, melhor favorecida em bens materiais, melhor preparada intelectualmente, mostra-se absolutamente conservadora e reacionária em matéria sexual” (Gaiarsa, 1966, p. 259). Essa moral discriminativa

TABELA 11 — IMPORTANCIA DA VIRGINDADE SEGUNDO O SEXO (Item 29)

Categorias	Para a Mulher		Para o Homem	
	N	%	N	%
1. Essencial	240	41	47	8
2. Desejável	123	21	77	13
3. Indiferente	152	26	276	47
4. Prejudicial	22	4	128	22
5. Respostas anuladas (incongruentes)	12	2	9	1
6. Respostas em branco	33	6	45	9
<i>Total</i>	582	100	582	100

Obs. — As categorias ESSENCIAL/DESEJÁVEL para a mulher são indicadoras de tradicionalismo; as categorias INDIFERENTE, PREJUDICIAL para a mulher são indicadoras de modernismo.

TABELA 12 — A QUESTÃO DAS RELAÇÕES PRÉ-MATRIMONIAIS (Item 30)

Categorias	N	%
1. O ideal seria que a moça e o rapaz chegassem virgens ao casamento**	119	20,5
2. O ideal seria que a moça chegasse sempre virgem ao casamento mas o rapaz não**	194	33,5
3. O ideal seria que a virgindade fosse desnecessária para ambos*	251	43,0
4. Respostas anuladas (incongruentes)	9	1,5
5. Respostas em branco	9	1,5
<i>Total</i>	582	100

\* Indicadora de modernismo.

\*\* Indicadoras de tradicionalismo.

encerra uma contradição. Os homens devem ter relações sexuais pré-matrimoniais, mas as mulheres devem chegar virgens ao casamento. Com quem então os homens terão relações sexuais? Daí a solução adotada, classista por essência: a prostituição, que sempre foi a “salvaguarda necessária para a moralidade das meninas distintas de lares distintos” (Neill, 1963, p. 201).

Se é verdade que “a área de liberdade sexual é uma área em que as atitudes particulares podem contrastar com as atitudes públicas, do mesmo modo que a conduta em público e em particular pode ser diferente” (Goode, 1969, p. 50) não deixa de ser significativo que apenas 40% aproximadamente de nossos jovens julguem que “o ideal seria que a virgindade fosse desnecessária para rapazes e moças”.

#### A.2. Machismo e madonismo: as duas faces da mesma moeda

Machismo e madonismo são dois complexos de crenças e valores dos mais difundidos no que res-

peita às relações entre os sexos. Dada sua impermeabilidade a evidências empíricas contrárias, funcionam como mitos: o mito da superioridade masculina e o da bondade feminina. O primeiro parte do pressuposto de que o homem é polígamo por natureza devendo ter toda liberdade para realizar-se sexualmente, antes, dentro e fora do casamento. Por outro lado, sendo “superior”, sendo “macho”, ele deve ser o primeiro dono e senhor de sua esposa. Daí a valorização da castidade feminina enquanto instrumento da afirmação sexual masculina e de que são corolários as crenças de que “virgindade é o melhor dote que uma jovem pode trazer para o casamento” e de que “ter relações sexuais pré-matrimoniais pode ser traumatizante para a mulher”. Evidentemente, por mulher é preciso entender aqui uma certa classe de mulheres: as “casadouras”, as “raparigas de bem”. Isso porque, para que elas se mantenham virgens, outras — socialmente desvalorizadas como “levianas”, “garotas de programa” — devem perder sua virgindade.

As afirmações do item 31, ilustram essa maneira de pensar. Examinando a Tabela 13, constatamos

TABELA 13 — GRAU DE ADESÃO AO MACHISMO (Item 31)

Categorias	Concordo**		Discordo*		Em dúvida		Respostas em branco		Respostas anuladas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1. Mulher que tem relações sexuais pré-matrimoniais não merece respeito	51	8	426	73	97	17	7	1,5	1	0,5	582	100
2. O homem tem, por natureza, necessidades sexuais mais prementes que a mulher	291	50	214	36,5	69	12	5	1	3	0,5	582	100
3. A experiência sexual prévia para a mulher, é, em geral, traumatizante	187	32,5	190	32,5	197	33,5	5	1	3	0,5	582	100
4. Virgindade é o melhor que uma jovem pode trazer para o casamento	178	30,5	333	57	63	11	5	1	3	0,5	582	100
5. A inexperiência sexual do homem é, em geral, desastrosa para o ajustamento matrimonial	323	55,5	170	29	80	14	5	1	4	0,5	582	100

\* Indicadora de modernismo.

\*\* Indicadora de tradicionalismo

que, embora nossos jovens discordem sobretudo das afirmações em que se anatematiza a perda da virgindade, ainda aderem maciçamente à crença de que a natureza masculina tem necessidades sexuais mais prementes a satisfazer. E, no entanto, como adverte Gaiarsa, ninguém sabe qual o certo, o normal, o bom nesse terreno: só se pode falar daquilo que é usual, comum, mais freqüente: "Na Groelândia, entre os esquimós, é líquido e certo que as mulheres têm mais relações sexuais que os homens. No Oriente, outrossim, parece óbvio e evidente que o homem tem ou tinha mais relações sexuais do que a mulher, principalmente Salomão, glória do judaísmo e vergonha da Igreja Católica. Também, com o exemplo dos Patriarcas..." (Gaiarsa, 1966, p. 208).

Já quanto ao mito da bondade feminina, ele floresceu sobretudo nos países de tradição católica. "O Gênesis cria a mulher e carrega-a com o pecado original. Ela é um ser culpado e menor. Nos países de cultura católica, o culto da virgem estabelece uma compensação. Todo homem, desde a mais tenra infância, ajoelhou perante uma mulher. Toda mulher ergueu os olhos ao céu para admirar uma mulher glorificada, real, nos portais de uma catedral ou no mais modesto dos altares" (Grégoire, 1966a, p. 291-292). As afirmações do item 58 são expressões

dessa ideologia da mulher, historicamente sujeita ao homem (afirmação 2) porque mais falível que ele (afirmação 3) mas voltada para um destino sublime, prestigiosamente compensador (afirmações 1, 4, 5).

A Tabela 14 mostra que nossos sujeitos, embora não tenham endossado plenamente o madonismo, sucumbiram ao apelo das afirmações 1 e 5 em que se advoga para a mulher um destino "sério": o de mãe e esposa. Isso talvez explique a hostilidade à participação feminina no trabalho e na política, visto como essa participação pode ser encarada como um empecilho ao que mais de 60% dos sujeitos julgam ser o verdadeiro *ofício de mulher*.

#### B — A divisão de responsabilidades nas decisões familiares

Comentando a vida familiar francesa, Ménie Grégoire afirma que um autor chegou ao ponto de dizer que o critério para a formação de um lar seria o fato de o homem entregar tudo o que ganha à mulher. Esse gesto constituiria no espírito popular o verdadeiro "contrato de casamento" — exatamente ao contrário do que prevê o Código Civil. "Por detrás do *pater familias* da lei, ostentado, esconde-se a *mater familias* da vida real" (Grégoire, 1966a, p. 279).

TABELA 14 — GRAU DE ADESÃO AO MADONISMO (Item 58)

Categorias	Concordo		Discordo		Em dúvida		Respostas anuladas ou em branco		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1. A missão fundamental da mulher deve ser a de mãe e esposa	366	63	159	27	36	6	21	4	582	100
2. A mulher sempre foi, senão a escrava do homem, ao menos sua vassala	408	70	111	19	44	7,5	19	3,5	582	100
3. As motoristas do sexo feminino têm uma taxa de acidentes mais elevada do que os do sexo masculino	90	15,5	343	59	131	22,5	18	3	582	100
4. Ao pé de nossas mães todos nós devemos ser crentes	121	21	334	57,5	101	17	26	4,5	582	100
5. A mulher não deve ser instrumento de prazer e sim a virtude e a honra da casa	436	75	56	9,5	62	10,5	28	5	582	100

Obs. — A alternativa CONCORDO nas categorias (1), (3), (4), (5) e a alternativa DISCORDO na categoria (2) são indicativas de tradicionalismo; o reverso é verdadeiro para o modernismo.

Será esse estilo de vida familiar, com o homem mais como "provedor", omitindo-se na maioria das decisões importantes, aquele que nossos jovens visualizam e valorizam? Os dados da Tabela 15, mostram que, muito ao contrário, eles endossam a responsabilidade do casal tanto em decisões financeiras

(emprego do dinheiro) como em decisões relativas à prole (número de filhos, sua educação e lazer). A única exceção diz respeito ao trabalho remunerado da mulher em que 42% das opiniões se dividiram entre *homem* e *mulher*. É de se convir que os 21% que indicaram o *homem* como fonte dessa decisão

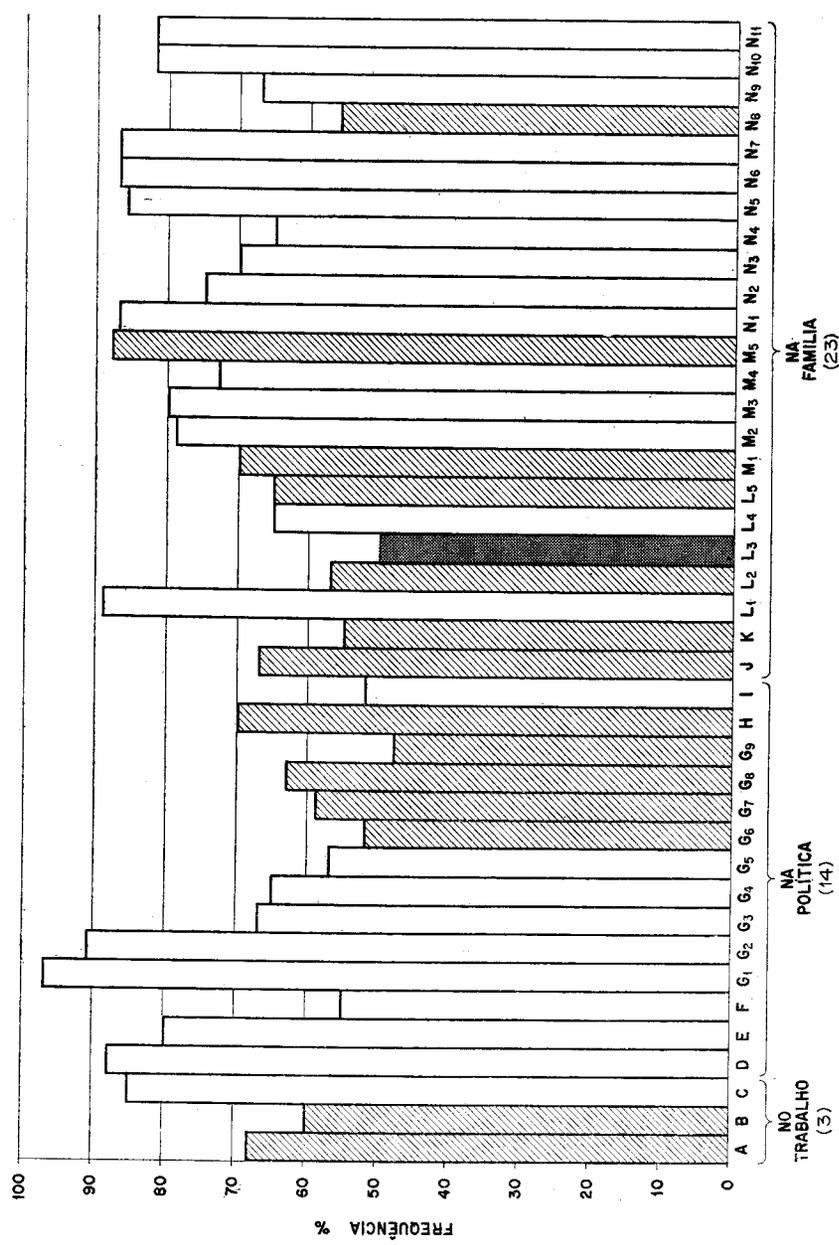
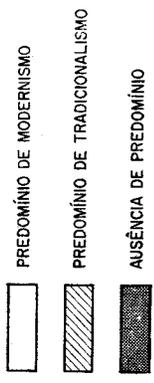
TABELA 15 — DIVISÃO DE RESPONSABILIDADE EM DECISÕES FAMILIARES (Item 25)

Decisões	Homem**		Mulher**		Ambos*		Nenhum		Respostas anuladas		Respostas em branco		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1. Número de filhos	34	6	34	6	465	80	33	5	1	0,5	15	2,5	582	100
2. Emprego de anticoncepcionais	29	5	85	15	340	58	90	15	2	0,5	36	6,5	582	100
3. Educação sexual dos filhos	154	26,5	13	2	401	69	0	0	2	0,5	12	2	582	100
4. Educação sexual das filhas	4	0,5	198	34	362	62	1	0,5	2	0,5	15	2,5	582	100
5. Tipo de escola para os filhos	58	10	17	3	469	80	17	3	0	0	21	4	582	100
6. Grau de instrução para os filhos	68	10	1	0,5	431	74	66	11,5	6	1	18	3	582	100
7. Disciplina	38	6,5	28	5	481	82	11	2	1	0,5	23	4	582	100
8. Trabalho remunerado da mulher	125	21	122	21	189	32	93	16	1	0,5	52	9,5	582	100
9. Emprego do dinheiro	170	29	13	2,5	372	64	8	1	0	0	19	3,5	582	100
10. Divertimento dos filhos	76	13	11	2	408	70	63	11	5	1	19	3	582	100
11. Divertimento das filhas	18	3	70	12	416	71	56	10	5	1	17	3	582	100

\* Indicadora de modernismo.

\*\* Indicadoras de tradicionalismo.

**GRÁFICO 3 — FREQUÊNCIA DE RESPOSTAS NOS INDICADORES DE CONCEPÇÕES NORMATIVAS ACERCA DO PAPEL PROFISSIONAL, POLÍTICO E FAMILIAR DA MULHER, CONFORME PREDOMÍNIO DE MODERNISMO OU TRADICIONALISMO.**



**INDICADORES DE CONCEPÇÕES NORMATIVAS ACERCA DO PAPEL DA MULHER**

INDICADOR		
Nº do item	DESCRIÇÃO	
20	A - Atividade remunerada da mulher casada como opção futura	
21	B - Motivos da aceitação ou recusa da atividade remunerada da mulher casada como opção futura	
38	C - Grau desejável de instrução para os filhos de ambos os sexos	
44	D - Necessidade de conhecimento político, segundo o sexo	
46	E - Participação em política estudantil, por sexo	
47	F - Participação da mulher em política nacional	
48	G <sub>1</sub> - Atividades políticas INDICADAS E CONTRA-INDICADAS PARA A MULHER	
	G <sub>1</sub> - 1 - Votar nas eleições	
	G <sub>2</sub> - 2 - Ler a seção política de um jornal	
	G <sub>3</sub> - 3 - Discutir política numa roda de amigos	
	G <sub>4</sub> - 4 - Escrever sobre política num jornal	
	G <sub>5</sub> - 5 - Fazer curso de política	
	G <sub>6</sub> - 6 - Candidatar-se a cargos eletivos	
	G <sub>7</sub> - 7 - Militar em partidos políticos	
	G <sub>8</sub> - 8 - Distribuir manifestos políticos	
G <sub>9</sub> - 9 - Falar num comício eleitoral		
49	H - Escolha de candidatos de sexo diferente para o Congresso	
50	I - Razões da escolha de candidato ao Congresso	
29	J - Importância da virgindade para a mulher	
30	K - A questão das relações pré-matrimoniais	
31	L <sub>1</sub> - GRAU DE ADESAO AO MODERNISMO: Proposição (a)	
	L <sub>2</sub> - Proposição (b)	
	L <sub>3</sub> - Proposição (c)	
	L <sub>4</sub> - Proposição (d)	
	L <sub>5</sub> - Proposição (e)	
58	M <sub>1</sub> - GRAU DE ADESAO AO MADONISMO: Proposição (a)	
	M <sub>2</sub> - Proposição (b)	
	M <sub>3</sub> - Proposição (c)	
	M <sub>4</sub> - Proposição (d)	
	M <sub>5</sub> - Proposição (e)	
25	DIVISÃO DE RESPONSABILIDADES em DECISÕES FAMILIARES:	
	N <sub>1</sub>	Decisão 1
	N <sub>2</sub>	Decisão 2
	N <sub>3</sub>	Decisão 3
	N <sub>4</sub>	Decisão 4
	N <sub>5</sub>	Decisão 5
	N <sub>6</sub>	Decisão 6
	N <sub>7</sub>	Decisão 7
	N <sub>8</sub>	Decisão 8
	N <sub>9</sub>	Decisão 9
	N <sub>10</sub>	Decisão 10
N <sub>11</sub>	Decisão 11	

NOTA: — Todas as porcentagens indicadas foram calculadas sobre N<sub>s</sub> dos quais se excluíram as respostas em branco e anuladas.  
 — Todos os t<sub>0</sub> foram significantes a 0,001, com exceção dos assinalados com asteriscos (G<sub>6</sub>, I e L<sub>3</sub>).

— embora patriarcal — não deixaram de ser realistas porque, como reza o nosso Código Civil, “o marido é o chefe da sociedade conjugal” cabendo-lhe “prover a manutenção da família” (art. 233, IV). É interessante registrar que 16% dos sujeitos acreditam que essa decisão não deverá ser tomada por *nenhum* dos membros do casal, o que pode indicar seu compromisso com a ideologia subjacente do trabalho feminino como mal necessário, só aceitável se sobrevierem dificuldades financeiras, por exemplo.

#### 6.2.4. *Tradicionalismo ou Modernismo nas Concepções Normativas do papel da Mulher*

Embora modernismo não seja um termo dos mais felizes dada sua constante associação com *modismos*, usamo-lo para designar o componente de MODERNIDADE nas concepções normativas do papel de mulher. Ele se opõe ao componente de TRADICIONALISMO na medida em que expressa uma concepção *não discriminativa* do que deve ser o papel profissional, político e familiar da mulher; reconhece a possibilidade e a legitimidade de uma complementaridade entre os sexos nas estruturas reprodutiva, produtiva e política; mas nega que essa complementaridade deva exercer-se em termos de dominação-subordinação.

O que cada componente significa, em termos dos nossos 40 indicadores, consta do rodapé das Tabelas 2 a 15. Para cada um deles foi possível calcular as porcentagens de respostas consideradas representativas de tradicionalismo-modernismo, analisando-se o significado e a intensidade da diferença entre essas proporções. O resultado pode ser visto no Gráfico 3, em que os indicadores estão representados por “núcleos” de papel feminino. Pode-se constatar que:

- 1.º) A esmagadora maioria dos indicadores foram sensíveis para detectar diferenças entre concepções de papel feminino. Apenas um indicador ( $L_3$ ) mostrou uma ausência de diferença e portanto de predomínio de modernismo ou tradicionalismo.
- 2.º) Modernismo predominou em 25 dos 40 indicadores (aproximadamente 60%).
- 3.º) Todavia, essa relação variou conforme o papel feminino. Assim, o número dos indicadores com predomínio de modernismo, em relação ao número dos indicadores com predomínio de tradicionalismo foi *menor* na área *trabalho* e *maior* nas áreas de *política* e *família*.
- 4.º) Porém a maioria dos indicadores em que preponderou o modernismo representam áreas ou em que a participação feminina significa um compromisso menor (por exemplo, no caso dos indicadores D a  $G_5$ , relativos ao papel feminino

em política), ou em que ela já vem se exercendo *de fato* sem representar porém uma ameaça muito séria à cidadela machista (por exemplo, no caso do item relativo ao grau desejável de instrução para os filhos, ou aos itens relativos à divisão de responsabilidades no lar).

- 5.º) Daí, a coerência interna entre os indicadores nos quais preponderou o tradicionalismo: da concepção do matrimônio como “carreira feminina” à negação da integração real e efetiva da mulher no mundo do trabalho e no mundo da política. Por isso, sociólogos e estudiosos dos problemas da feminilidade vêm apontando que, entre as tarefas prioritárias do feminismo, está a de “lutar contra as barreiras que impedem à mulher o acesso ao trabalho socialmente produtivo, que abre perspectivas à independência econômica, sem a qual a emancipação nos demais planos permanecerá utópica” (Singer, s.d., p. 1).
- 6.º) Se algumas porcentagens dos indicadores em que houve predomínio de modernismo têm frequências bastante elevadas, não deixam de ser altas também as frequências dos indicadores em que houve predomínio de tradicionalismo (todas na faixa entre 50 e 90%).

#### 6.3. *OS CONDICIONANTES DAS CONCEPÇÕES DESCRITIVAS E NORMATIVAS DO PAPEL DE MULHER*

O Quadro 2, sintetizando resultados do teste de qui-quadrado, evidencia que apenas as variáveis *sexo* e *origem sócio-econômica* mostraram-se significativamente associadas à maioria dos indicadores de concepções descritivas e de concepções normativas do papel profissional e político da mulher. A variável *idade* foi preditiva apenas em indicadores relativos a decisões familiares quanto ao grau de instrução para filhos e trabalho remunerado da mulher o que pode ser um resultado da pouca discriminação das categorias etárias que adotamos. Quanto à origem urbana ela representa influência do grau de urbanismo a que o sujeito esteve exposto por mais tempo. Ela se mostrou associada apenas a indicadores ligados à concepção do papel familiar da mulher. O pressuposto é o de que “o grau de permissividade sexual de um grupo varia diretamente com o grau de permissividade sexual pré-matrimonial vigente no contexto social e cultural...”. Reiss em seus estudos empíricos acerca do contexto social da permissividade sexual pré-marital, realizados nos E.U.A., de 1960-1964, comprovou a validade desse pressuposto (Reiss, 1967, p. 167). Se considerarmos que quanto maior for a cidade em que o sujeito tiver residido por maior tempo, maior terá sido sua exposição a um contexto cultural mais permissivo em

QUADRO 2 — SÍNTESE DOS RESULTADOS DO TESTE DE  $\chi^2$  PARA OS CRUZAMENTOS ENTRE VARIÁVEIS PREDITIVAS E VARIÁVEIS INDICADORAS DE CONCEPÇÕES DESCRITIVAS E NORMATIVAS SOBRE O PAPEL DA MULHER NA POLÍTICA E NA FAMÍLIA.

Concepções Normativas do Papel da Mulher	Nº do Item	Indicadores Descrição	$\chi^2$ obtidos no cruzamento com variáveis preditivas				
			Sexo	Idade	Origem sócio-Econômica	Origem Urbana	
No Trabalho	20	Atividade remunerada da mulher casada, como opção futura	—	—	—	—	
	21	Motivos da aceitação ou recusa da atividade remunerada da mulher casada	—	—	—	—	
	38	Grau desejável de instrução para os filhos de ambos os sexos	—	—	—	—	
	44	Necessidade de conhecimento político conforme o sexo	9,85	5,68	1,18	0,32	
	46	Participação em política estudantil, por sexo	8,14*	0,96	1,91	3,14	
	47	Participação da mulher em política nacional	16,76**	0,17	5,30	5,70	
Na Política	48	1. Votar nas eleições	—	—	—	—	
		2. Ler a secção política de um jornal	—	—	—	—	
		3. Discutir política numa roda de amigos	—	—	—	—	
		4. Escrever sobre política num jornal	—	—	—	—	
		5. Fazer curso de política	—	—	—	—	
		6. Candidatar-se a cargos eletivos	—	—	—	—	
		7. Militar em partidos políticos	—	—	—	—	
		8. Distribuir manifestos políticos	—	—	—	—	
		9. Falar num comício eleitoral	—	—	—	—	
		49	Escolha de candidatos de sexo diferente para o Congresso	59,03**	4,61	13,24**	0,22
	50	Razões da escolha de candidato ao Congresso	—	—	—	—	
	29	Importância da virgindade para a mulher	3,04	4,89	17,16*	13,73*	
	29	Importância da virgindade para o homem	25,08**	2,76	20,58*	12,78*	
	30	A questão das relações pré-matrimoniais	6,85*	0,95	9,30	4,59	
Na Família	31	Grau de Adesão ao Machismo	—	—	—	—	
		— Proposição (a)	15,46**	0,16	25,65**	7,63	
		— Proposição (b)	8,42*	0,36	12,69*	5,29	
		— Proposição (c)	9,98**	1,63	21,89**	15,60**	
		— Proposição (d)	8,99*	1,35	12,82*	5,28	
			— Proposição (e)	—	5,05	8,47	0,96
	58	Grau de Adesão ao Madonismo	—	—	—	—	
		— Proposição (a)	45,94**	0,98	—	2,98	
		— Proposição (b)	6,94*	0,67	10,30	8,52	
		— Proposição (c)	25,46**	0,37	—	15,15**	
		— Proposição (d)	2,40	1,96	4,33	11,89**	
		— Proposição (e)	—	—	13,76*	0,32	
25	Divisão de Responsabilidades em Decisões Familiares Quanto a:	1. Número de filhos	13,39**	1,15	8,05	3,41	
		2. Emprego de anticoncepcionais	17,85**	1,30	3,86	9,69	
		3. Educação sexual dos filhos	7,81*	1,67	12,08**	0,38	
		4. Educação sexual das filhas	2,50	1,16	9,76*	0,32	
		5. Tipo de escola para os filhos	20,16**	3,32	5,42	2,96	
		6. Grau de instrução para os filhos	16,51**	27,74**	16,88**	0,16	
		7. Disciplina	5,04	2,75	1,67	1,54	
		8. Trabalho remunerado da mulher	53,71**	8,35*	97,75**	3,82	
		9. Emprego do dinheiro	34,78**	4,75	5,28	5,35	
		10. Divertimento dos filhos	5,64	3,80	13,80*	4,20	
		11. Divertimento das filhas	9,23*	1,38	63,54**	7,68*	
Concepções Descritivas do Papel da Mulher	59	O que é a mulher?	31,00**	0,216	1,615	0,240	

\* significativo a 0,05

\*\* Significativo a 0,01

relação ao sexo, poderemos compreender por que a porcentagem de sujeitos oriundos da Grande São Paulo e de São Paulo, foi sempre levemente superior às porcentagens oriundas de cidades menores, nas categorias indicadoras de modernismo.

Portanto, mesmo deixando de calcular os coeficientes de  $\chi^2$  para uma série de indicadores de concepções normativas do papel profissional e político da mulher<sup>7</sup>, podemos observar no Quadro 2 que *sexo* e *origem sócio-econômica* aparecem associados significativamente a mais de 50% do total deles. Essa associação é mais definida nas concepções normativas acerca do papel familiar da mulher. Para interpretar seu significado, identificamos nas respectivas tabelas cruzadas, as categorias indicativas de modernismo em concepção de papel. Com base nos dados assim agrupados, construímos as Tabelas 16 e 17. Em quase todos os indicadores de concepções normativas associados a *sexo*, as mulheres foram mais "modernas" que os homens (Tabela 16). Tais resultados discrepam dos obtidos por Reiss, em 1960-64, com sua amostra de 844 estudantes americanos de nível médio e universitário (Reiss, 1967, p. 36) e dos obtidos por Gans, Pastore e Wilkening com adultos de Brasília, em 1966 (Gans, Pastore e Wilkening, s.d., p. 14). Em ambos os estudos as mulheres aparecem como menos modernas que os homens. Os resultados obtidos por Gaiarsa já foram menos consistentes. Em alguns indicadores, as moças aparecem como mais modernas e, em outros, como mais tradicionais que os homens (Gaiarsa, 1966, p. 208 e 273).

Tais discrepâncias e inconsistências podem ser explicadas por diferenças seja nos indicadores empregados seja nos sujeitos consultados.

De qualquer forma, é interessante notar que, em nossa pesquisa, as maiores diferenças entre os dois sexos registraram-se nas concepções *normativas* acerca do papel *político* da mulher e, em especial, nas concepções *descritivas* do papel feminino, em que a porcentagem de respostas femininas "modernas" foi o triplo das masculinas.

Quanto à origem sócio-econômica — aqui definida pelo nível ocupacional do pai — registramos consistentemente um decréscimo no grau de modernismo à medida que passamos do estrato sócio-econômico *alto* ao *baixo* (Tabela 17). Também aqui os resultados discrepam dos obtidos por Reiss, já que em suas pesquisas, classe social não se mostrou significativamente associada à permissividade sexual

7 Porque a análise das respectivas tabelas convenceu-nos de que o respectivo  $\chi^2$  seria provavelmente não significativo.

(Reiss, 1967, p. 59). Já em seus estudos realizados na França, Chombart de Lauwe assinala que existe uma diferença entre estilos de administração doméstico-financeira, dentro das classes sociais. Todavia, a diferenciação se dá em relação a estilos igualmente tradicionais (Chombart de Lauwe et al., 1963, p. 158-160).

Em nossos dados é de se assinalar que as porcentagens de modernismo são mais semelhantes entre as classes média e alta que entre estas duas e a classe baixa. O "efeito imitação" característico da média burguesia pode explicar tais resultados.

Por outro lado, importa notar que origem sócio-econômica é preditiva sobretudo de concepções *normativas* do papel da mulher *na família*.

#### 6.4. CONCEPÇÕES DESCRITIVAS VERSUS CONCEPÇÕES NORMATIVAS DO PAPEL DE MULHER

Até aqui tratamos as concepções normativas de papel feminino, em termos de três grandes grupos de indicadores: em relação ao *trabalho*, em relação à *política* e em relação à *família*. Usando o modelo da "cluster analysis" (cf. Fruchter, 1954) testamos a legitimidade desses agrupamentos. O Anexo 2 mostra a matriz dos coeficientes de intercorrelação obtidos através dos cruzamentos entre 13 de nossos indicadores, representativos das concepções *normativas* do papel da mulher na *família* (indicadores 1 a 5), no *trabalho* (indicadores 7 a 9) e na *política* (indicadores 10 a 13) além do indicador 6 representando as concepções *descritivas* do papel feminino. O Quadro 6 mostra que os agrupamentos que realizamos foram consistentes internamente.

Assim, o "cluster" 1-a representa as concepções *normativas* do papel da mulher no trabalho; 1-b representa as concepções *normativas* do papel da mulher na *política*, e o "cluster" 2 representa as concepções *normativas* do papel feminino na *família*.

É a seguinte a composição dos "clusters" de indicadores:

"Cluster" 1-a — *Concepção normativa do papel da mulher no trabalho*: (8) motivos de aceitação ou recusa da atividade remunerada da mulher casada; (7) atividade remunerada da mulher casada como opção futura; (9) grau desejável de instrução para os filhos de ambos os sexos.

"Cluster" 1-b — *Concepção normativa do papel da mulher na política*: (12) participação da mulher em política nacional; (13) escolha de candidatos de sexo diferente para o Congresso; (11) participação em política estudantil, por sexo; (10) necessidade de

TABELA 16 — PORCENTAGENS MASCULINA E FEMININA DE FREQUÊNCIA NAS CATEGORIAS DE MODERNISMO DOS INDICADORES DE CONCEPÇÕES DESCRITIVAS E NORMATIVAS DO PAPEL POLÍTICO-FAMILIAR DA MULHER (PARA OS QUAIS O TESTE DE  $\chi^2$  FOI SIGNIFICANTE).

Concepções Normativas do Papel da Mulher	Indicadores		Sexo		
	N.º do Item	Descrição	Masc. (%)	Fem. (%)	
Na Política	46	Participação em política estudantil, por sexo	66	80	
	47	Participação da mulher em política nacional	47	62	
	49	Escolha de candidatos de sexo diferente ao Congresso	18	76	
Na Família	30	A questão das relações pré-matrimoniais	38	52	
	31	Grau de Adesão ao Machismo	— Proposição a — Mulher que tem relações sexuais pré-matrimoniais não merece respeito	70	77
			— Proposição b — O homem tem, por natureza, necessidades sexuais mais prementes que a mulher	33	41
			— Proposição c — A experiência sexual prévia, para a mulher é, em geral, traumatizante	29	38
			— Proposição d — Virgindade é o melhor que uma jovem pode trazer para o casamento	53	63
	58	Grau de Adesão ao Madonismo	— Proposição a — A missão fundamental da mulher deve ser a de mãe e esposa	19	44
			— Proposição b — A mulher sempre foi, se não a escrava do homem, ao menos sua vassala	70	69
— Proposição c — Os motoristas do sexo feminino têm uma taxa de acidentes mais elevada que os do sexo masculino			51	73	
25	Divisão de Responsabi- lidades em Decisões Famíliares Quanto a:	1 — Número de filhos	76	86	
		2 — Emprego de anticoncepcionais	55	63	
		3 — Educação sexual dos filhos	66	74	
		5 — Tipo de escola para os filhos	77	87	
		6 — Grau de instrução para os filhos	70	81	
		8 — Trabalho remunerado da mulher	25	47	
		9 — Emprego do dinheiro	56	78	
11 — Divertimento dos filhos	71	72			
Concepções Descritivas do Papel da Mulher	59	O que é a mulher?	11	33	

Nota — Deixamos de discutir as porcentagens relativas ao indicador — Importância da virgindade para o homem — por não ser muito fácil interpretá-lo isoladamente, em termos de tradicionalismo ou modernismo.

TABELA 17 — PORCENTAGENS DE FREQUÊNCIA — SEGUNDO ORIGEM SÓCIO-ECONÔMICA — NAS CATEGORIAS DE MODERNISMO DOS INDICADORES DE CONCEPÇÕES NORMATIVAS DO PAPEL POLÍTICO-FAMILIAR DA MULHER (PARA OS QUAIS O TESTE DE  $\chi^2$  FOI SIGNIFICANTE)

Concepções Normativas do Papel da Mulher	Indicadores		Origem sócio-econômica			
	N.º do item	Descrição	Alta (%)	Média (%)	Baixa (%)	
Na Política	49	Escolha de candidatos de sexo diferente ao Congresso	59	57	36	
	29	Importância da virgindade para a mulher	35	32	20	
Na Família	31	Grau de Adesão ao Machismo	— Proposição a — Mulher que tem relações sexuais pré-matrimoniais não merece respeito	78	76	58
			— Proposição b — O homem tem, por natureza, necessidades sexuais mais prementes que a mulher	44	37	27
			— Proposição c — A experiência sexual prévia, para a mulher é, em geral, traumatizante	36	32	22
			— Proposição d — Virgindade é o melhor que uma jovem pode trazer para o casamento	66	55	46
	58	Grau de Adesão ao Madonismo	— Proposição e — A mulher não deve ser instrumento de prazer e sim a virtude e a honra da casa	68	52	53
	25	Divisão de Responsabilidades em Decisões Familiares Quanto a:	3 — Educação sexual dos filhos	73	72	54
4 — Educação sexual das filhas			68	64	49	
6 — Grau de instrução para os filhos			73	76	64	
8 — Trabalho remunerado da mulher			34	35	16	
10 — Divertimento dos filhos			73	67	68	
		11 — Divertimento das filhas	77	67	44	

conhecimento político, por sexo; (9) grau desejável de instrução para os filhos de ambos os sexos.

"Cluster" 2 — *Concepção normativa do papel da mulher na família*: (1) importância da virgindade para a mulher; (3) Posição face às relações pré-matrimoniais (4) grau de adesão ao machismo; (5) grau de adesão ao madonismo; (2) importância da virgindade para o homem.

A análise dos coeficientes B calculados dentro de cada "cluster" (Tabela 18) mostra que a ordem

de apresentação dos indicadores corresponde a uma ordenação conforme o grau de integração no "cluster". É curioso notar que o indicador 9 pôde ser incluído tanto no "cluster" 1-a quanto 1-b, embora o coeficiente B obtido neste último caso não tenha sido significativo. É fácil compreender a razão, se lembrarmos que os "clusters" 1-a e 1-b dizem respeito ao exercício de um papel não doméstico, para o qual o grau de instrução pode e deve ser uma condição necessária.

TABELA 18 — RESULTADOS DA “CLUSTER ANALYSIS”: DISCRIMINAÇÃO DOS “CLUSTERS” DE CONCEPÇÕES NORMATIVAS ACERCA DO PAPEL PROFISSIONAL, POLÍTICO E FAMILIAR DA MULHER

“Clusters”	Coefficientes B <sup>1</sup> (“Belonging”)
<b>“Cluster” 1</b>	
(8, 7)	2,19*
(8, 7, 13)	1,59*
(8, 7, 13, 12)	1,47*
(8, 7, 13, 12, 11)	1,34*
(8, 7, 13, 12, 11, 10)	1,54*
→ (8, 7, 13, 12, 11, 10, 9)	1,30*
<b>“Cluster” 1a</b>	
(8, 7)	2,19*
→ (8, 7, 9)	1,27
<b>“Cluster” 1b</b>	
(12, 13)	1,39*
(12, 13, 11)	1,43*
(12, 13, 11, 10)	1,65*
→ (12, 13, 11, 10, 9)	1,33*
<b>“Cluster” 2</b>	
(1, 3)	2,20*
(1, 3, 4)	1,81*
(1, 3, 4, 5)	1,73*
→ (1, 3, 4, 5, 2)	1,66*

\* Significantes porque  $\geq 1,30$

1 Coeficientes B, obtidos pela razão

$\frac{\text{Média das intercorrelações do "cluster"}}{\text{Média das intercorrelações restantes}}$

## 7. SUMÁRIO E CONCLUSÕES

“Entre a tradição e a revolução, a crise de identidade da mulher. É necessário considerar que existe neste momento e por algum tempo ainda uma sobrevivência de imagens antigas, que certos filmes, romances e mentalidade perpetuam, enquanto que se impõem já imagens novas. Na medida em que uma mulher se identifica sem ambigüidades com uma dessas duas imagens tipo os problemas são raros, mas quando a mulher hesita entre eles ou quando as imagens se justapõem nos espíritos — o que acontece sempre — nascem disfunções. É o que alguns chamam de ‘crise de identidade da mulher’”.

*Lydie Péchadre et Yvette Roudy*

Este trabalho ia chamar-se “A crise da feminilidade”. Depois, a análise dos dados convenceu-nos de que as vestibulandas — sujeitos de nossa pes-

Que há uma relação entre os indicadores das concepções normativas do papel *profissional* e *político* da mulher pode ser comprovado observando-se que o “cluster” 1 é composto de todos os indicadores integrantes dos “clusters” 1-a e 1-b (8, 7, 13, 12, 11, 10, 9).

O mesmo não se pode dizer, porém, das relações entre as concepções normativas do papel *familiar* da mulher com as concepções normativas de seu papel seja no *trabalho*, seja na *política*. Isso pode ser entendido se lembrarmos que trabalho e política representam, por assim dizer, um destino “público”, tradicionalmente distinto da concepção de uma vida privada (e doméstica), para a mulher.

Também a variável 6, indicativa de concepções *descritivas* do papel da mulher não pôde ser incluída em nenhum dos três “clusters” de concepções *normativas* do papel feminino. O exame dos coeficientes de intercorrelação correspondentes mostra que eles foram demasiado baixos ou mesmo negativos em alguns casos. Esse resultado parece indicar que não há uma relação significativa entre o que nossos sujeitos esperam que seja a mulher e o que eles acham que ela deve ser. Se lembrarmos que as concepções *descritivas* endossadas por nossos jovens acerca da mulher foram predominantemente *tradicionalistas*, enquanto suas concepções *normativas* já se orientaram segundo padrões modernos, será fácil entender o porque das intercorrelações baixas ou negativas. Essa falta de coerência mostra bem as ambigüidades que cercam o papel da mulher: espera-se uma coisa, deseja-se outra... Não obstante, é sempre preciso considerar a possibilidade de que os indicadores utilizados não tenham se revestido, sempre, das melhores condições técnicas, o que certamente sugere a necessidade de futuros estudos.

quisa — não estavam vivendo nenhuma verdadeira “crise de identidade”. A Tabela 16 evidenciou, porém, que os sujeitos do sexo feminino estavam mais comprometidos com uma concepção *moderna* de feminilidade, o que é explicável não só por serem jovens, como por não terem experimentado ainda, em grande parte, uma vivência efetiva do papel de *mulher*, enquanto *esposa e mãe, profissional e política*. Só essa vivência, carregada de discriminações contra a mulher pode ser geradora de dúvidas, ambigüidades e conflitos porque como afirma Grégoire, acerca das mulheres que trabalham, “elas tiveram que ultrapassar muita coisa, a própria sociedade e até a si mesmas...” (Grégoire, 1966b, p. 218).

Mas se não há nenhuma crise a detectar, os resultados de nossa pesquisa indicam que vários serão os obstáculos a uma tomada de consciência crítica do papel da mulher na sociedade. Nossos jovens esperam da mulher um papel de segundo sexo, ao mesmo tempo em que são predominantemente hostis ao trabalho da mulher casada.

Por outro lado, *sexo e origem sócio-econômica* surgiram como os principais condicionantes seja da *idéia* de mulher, seja das concepções do que *deve ser* seu papel, especialmente na família<sup>8</sup>. Além disso, a análise da estrutura interna das concepções normativas do papel de mulher mostrou a existência de uma relação entre a idealização do papel da mulher no trabalho e na política. A análise de conteúdo das respostas dos respectivos indicadores mostrou que se nossos jovens são hostis à participação profissional da mulher casada, também são hostis à participação feminina nas esferas do *poder político*, porque seu *conceito de Mulher* ainda é este-reotipado.

Daí a necessidade de programas educacionais capazes de — controlando os determinantes de *sexo e origem sócio-econômica* — atuar na modificação da maneira de conceber o papel social da mulher. Como esses programas ainda não existem de forma sistemática é de se prever que custe a chegar o dia em que se possa dizer que a mulher brasileira viveu uma verdadeira “liberação” no *desempenho* de seu papel. Não há dúvida que algumas transformações importantes têm ocorrido em sua condição. Mas representarão elas uma verdadeira liberação? Em que sentido?

“*Liberação política?* Sim... até um certo ponto. Foi-lhes concedido o direito de voto e a elegibilidade... Um ‘direito’. Mas ter-se-ão servido dele? As mulheres e a sociedade

<sup>8</sup>  $\chi^2$  significativos em mais de 50% dos respectivos indicadores.

estarão liberadas desse velho hábito da *irresponsabilidade* feminina?

*Liberação jurídica?* Sim e não; foi-lhes reconhecida a capacidade civil... ainda um ‘direito’. Mas serão as mulheres realmente ‘capazes’ perante a lei? Absolutamente: não lhes foi outorgado o meio de se servirem dessa capacidade; enquanto os regimes matrimoniais e o direito paterno não forem modificados, as mulheres não terão o direito de partilhar plenamente com o marido o pátrio poder nem o direito de gerir, em comum, os bens do casal.

*Liberação material, doméstica e cotidiana* da escravidão das coisas? De certa forma as mulheres foram um pouco liberadas do fogo, da água, da vassoura, da poeira. É um ganho capital. Mas quantas mulheres têm hoje um nível de vida suficiente para superar realmente a escravidão material?

*Liberação diante da concepção* que começa a ser oferecida pela técnica. Mas essa técnica é atualmente recusada ainda pela maioria dos homens e das mulheres, seja por ignorância, seja por razões e princípios diversos, seja simplesmente por imobilismo”. (Grégoire, 1966b, p. 215-218).

Há liberações e liberações. As mais significativas para a modificação da condição de marginalização sócio-econômica e cultural da mulher brasileira ainda estão por ocorrer. Os obstáculos são muitos e dentre eles os mitos acerca da feminilidade têm por certo um papel de destaque. “A América Latina é uma das regiões do mundo onde a mulher tem menos força dentro da sociedade... Isto se deve não tanto ao propalado machismo dos latinos mas à própria mulher que se individualiza e se marginaliza não querendo trabalhar em conjunto. É mais difícil conseguir organizar as mulheres do que lutar por uma melhoria na sua condição” (Arias, 1974).

Difícil mas não impossível, desde que se planeje uma atuação estratégica que rompa com o círculo vicioso que faz com que homens e mulheres de amanhã se comportem tradicionalmente no *desempenho* de seus respectivos papéis, porque foram educados por jovens de hoje, cujas concepções acerca da feminilidade ainda trazem a marca do “racismo sexual”...

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AINDA na sombra do homem. *City News de São Paulo*, 3 dez. 1972. p. 30.
- ANUARIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. 1971. Fundação IBGE, Rio de Janeiro.
- ARIAS, Saira. 1974. Por uma mulher melhor. *City News*, São Paulo, 7 jul.
- BASSIM, Amélia. 1972. A nova mulher ainda não está nos anúncios. *O Estado de São Paulo*, 19 maio.
- BEAUVOIR, Simone de. 1960. *O segundo sexo*, v. 2:9. Difusão Européia do Livro, São Paulo.
- BERLINCK, M. T. 1964. *Algumas percepções sobre a mudança do papel ocupacional da mulher na cidade de São Paulo*. (Tese de mestrado apresentada à Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Seção de Sociologia e Antropologia).
- BRASIL. Leis, decretos etc. 1957. *Código civil brasileiro: lei 3071 de 1/1/1916 com correções da lei 3725 de 15/11/1919*. Saraiva, São Paulo.
- CÂMARA dos deputados. *Perfil*, São Paulo 1 (4): 5-31, out. 1974.
- CHOMBART DE LAUWE, P. H. 1964. *Images de la femme dans la société*. Les Editions Ouvrières, Paris.
- CHOMBART DE LAUWE, P. H. et al. 1963. *La femme dans la société*. Centre National de la Recherche Scientifique, Paris.
- CUNHA, Nadia Franco da. 1965. *Preparação de candidatas ao vestibular de 1964 na Guanabara*: 66-70. INEP, Rio de Janeiro.
- DIREITO e arquitetura já são quase das mulheres. Próximo avanço: medicina, engenharia, exatas. *Monte Alegre*, São Paulo, PUC, 2 (3): 3.
- DUVERGER, M. 1955. *La participation des femmes à la politique* apud PÉCHADRE, Lydie e ROUDY, Ivette. s.d. ob. cit. p. 40.
- FRUCHTER, B. 1954. *Introduction to factor analysis*. Van Nostrand, New York.

- FURTER, P. 1968. *Juventude e tempo presente*. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- GAIARSA, J. A. 1966. *A juventude diante do sexo*. Ed. Brasiliense, São Paulo.
- GANS, Marjorie, PASTORE, J. e WILKENING, Eugene A. s.d. *A mulher e a modernização da família brasileira*. São Paulo. (ex. mimeografado).
- GOODE, W. J. 1969. *Revolução mundial e padrões de família*. Ed. Nacional, EDUSP, São Paulo.
- GOUVEIA, Aparecida Joly e HAVIGHURST, R. J. 1969. *Ensino médio e desenvolvimento*. Melhoramentos, São Paulo.
- GRÉGOIRE, Méric. 1966a. *Ofício de mulher*. Livraria Morais Editora, Lisboa; 1966b. *Perspectives immédiates de libération*. In: HERMAN, Marie-Claire et al. ob. cit.
- HAYS, H. R. 1968. *O sexo perigoso*. Biblioteca Universal Popular, Rio de Janeiro.
- HERMAN, Marie-Claire et al. 1966. *La femme à la recherche d'elle même*. La Palatine, Paris, Genève.
- JOSEPH, Joyce. 1961. Attitudes of 600 adolescent girls to work and marriage. *The British Journal of Sociology*, 12 (2): 176-183, Jun.
- MADEIRA, F. R. e SINGER, P. I. 1973. *Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970*. CEBRAP, São Paulo.
- MALKIEL, B. G. e MALKIEL, J. A. 1973. Male-female pay differentials in professional employment. *The American Economic Review*, Sept. 693-705.
- MITCHELL, Juliet. 1967. Mulheres: a revolução mais longa. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, (14): 5-6, jul.
- MULHERES querem acesso ao poder. *Folha de São Paulo*, 28 out. 1972.
- NEILL, A. S. 1963. *Liberdade sem medo*. Ibrasa, São Paulo.
- NUNES, Ruy e MERICI, Ângela. 1974. O renascimento e a educação. *O Estado de São Paulo*, 8 set. Suplemento Literário, p. 6.
- OCTAVIO CINTRA, A. s.d. *Subdesenvolvimento e sociologia*. UNB, Brasília. (ex. mimeografado)
- OIT-OFFICINA INTERNACIONAL DEL TRABAJO. 1963. *Las trabajadoras en un mundo en evolución*. Ginebra.
- PÉCHADRE, Lydie e ROUDY, Yvette. s.d. *La réussite de la femme*. Comprendre, Savoir, Agir, Paris.
- REISS, I. L. 1967. *The social context of premarital sexual permissiveness*. Holt Rinehart, New York.
- ROCHEBLAVE-SPENLÉ, A. M. 1954. *Les rôles masculin et féminin*. PUF, Paris.
- ROCHER, G. 1964. Les modèles et le statut de la femme canadienne-française. In: CHOMBART de LAUWE, P. H. 1964, ob. cit. cap. 5, p. 154-203.
- ROSENCRANZ, H. A. e BIDDLE, B. J. 1964. The role approach to teacher competence. In: BIDDLE, B. J. e ELLENA, W. J., ed. *Research on teacher effectiveness*: 232-263. Holt, Rinehart and Winston, New York.
- ROUSSEAU, J. J. 1968. *Emílio, ou da educação*. Difusão Européia do Livro, São Paulo.
- SAFFIOTI, Heleieth. 1974. A mulher: no Brasil e no mundo. *Banas*, São Paulo, (1055): 46-50.
- SALÁRIO-MATERNIDADE será transferido para o INPS. *O Estado de São Paulo*, 25 set. 1974. p. 12.
- SÃO PAULO (estado) Secretaria do Trabalho e Administração. Grupo de Planejamento Setorial. 1970. *Mão-de-obra feminina*. São Paulo. apud *O Estado de São Paulo*, 5 mar. 1972.
- SARTRE, J. P. apud BEAUVOIR, Simone de. 1960. ob. cit. p. 7.
- SINGER, Paulo. s.d. *Caminhos brasileiros para o movimento feminista*. (ex. mimeografado).
- SULLEROT, Évelyne. 1970. *A mulher no trabalho, história e sociologia*. Expressão e Cultura, Rio de Janeiro.
- TRABALHO da mulher está cercado de preconceitos. *O Estado de São Paulo*, 5 mar. 1972.

(Recebido para publicação em novembro de 1975)

## ANEXO 1

### ITENS DO QUESTIONÁRIO USADOS COMO INDICADORES DAS VARIÁVEIS EM ESTUDO

#### ITENS DO QUESTIONÁRIO QUE SERVIRAM DE INDICADORES PARA AS VARIÁVEIS PREDITIVAS

- SEXO**
- Item 4* — Sexo: masculino  
feminino
- IDADE**
- Item 5* — Idade: menos de 20 anos  
mais de 20 anos
- ORIGEM URBANA**
- Item 7* — Em que cidade brasileira você residiu por mais tempo (se residiu pelo mesmo espaço de tempo em duas ou mais, assinale todas)
- Em cidade pequena do interior de São Paulo
  - Em cidade grande do interior de São Paulo
  - Em cidade integrante do Grande São Paulo (Osasco, Diadema, ABC, etc.)
  - Na cidade de São Paulo
  - Em cidade do interior de outro Estado
  - Na capital de outro Estado.
- ORIGEM SÓCIO-ECONÔMICA**
- Item 12* — Descreva, tão pormenorizadamente quanto possível, a ocupação de seu pai. Se ele for falecido ou estiver desempregado, descreva a ocupação que exerceu por mais tempo. Se tiver mais de uma ocupação, descreva apenas a principal.
- Item 13* — Qual a situação de seu pai no trabalho?
- Trabalha(ou) por conta própria com auxiliares
  - Trabalha(ou) por conta própria sem auxiliares
  - Sócio ou dono exclusivo de uma companhia industrial, comercial, banco ou propriedade agrícola
  - Funcionário de companhia ou firma industrial, comercial, bancária, etc.
  - Funcionário do Governo, Institutos ou entidades para-estatais
  - Outra situação. Qual? .....
- Item 14* — Quantas pessoas trabalham (ou trabalharam) sob as ordens dele?
- Nenhuma
  - Menos de 5
  - De 5 a 9
  - De 10 a 19
  - De 20 a 49
  - De 50 a 100
  - Mais de 100

#### ITENS DO QUESTIONÁRIO QUE SERVIRAM DE INDICADORES PARA AS VARIÁVEIS CRITÉRIO

##### CONCEPÇÕES DESCRITIVAS DO PAPEL DA MULHER

*Item 59* — Em sua opinião, que é mulher? .....

##### CONCEPÇÕES NORMATIVAS DO PAPEL DA MULHER NO TRABALHO

*Item 20* — Na pergunta abaixo, responda, para o seu próprio caso, se você for do sexo feminino, ou para sua companheira, se você for do sexo masculino. (Pode assinalar mais de uma alternativa).

Se você vier a constituir família pretende:

- nunca exercer qualquer atividade remunerada
- exercer uma atividade remunerada
  - a) independentemente de qualquer necessidade econômica
  - b) só em caso de necessidade econômica
  - c) só se for no próprio lar
  - d) só se se tratar de atividade feminina
  - e) só se for de meio período
  - f) só enquanto não houver filhos
  - g) só se não exigir trabalho noturno
  - h) só depois que os filhos crescerem
  - i) só se for para ganhar muito bem

*Item 21* — Qual a razão dessa sua preferência? (Assinale apenas um motivo: o principal)

- mulher deve ser economicamente independente
- mãe que trabalha prejudica os filhos
- a presença da mãe no lar é necessária
- ao homem cabe, como chefe da casa, sustentar mulher e filhos
- mulher deve realizar-se profissionalmente
- alguma coisa sempre fica prejudicada com o trabalho da mulher casada
- para que a mulher não se exponha a influências externas
- não compensa, economicamente falando, o trabalho da mulher casada
- mãe que trabalha faz sua higiene mental
- mulher que exerce atividades masculinas acaba por identificar-se ao homem
- outra. Qual? .....

*Item 38* — Se você tiver filhos de ambos os sexos, que grau mínimo de instrução desejará propiciar-lhes?

- para os rapazes
- para as moças

[Nota: Para as duas proposições, as alternativas eram: ELEMENTAR, GINASIAL, COLEGIAL, SUPERIOR, NENHUM]

##### CONCEPÇÕES NORMATIVAS DO PAPEL DA MULHER NA FAMÍLIA

*Item 25* — Na hipótese de você constituir (ou se já constituiu) um lar, como pretende que sejam distribuídas as responsabilidades com relação a cada uma das questões abaixo? (Pode assinalar mais de um quadrinho por item)

###### QUESTÕES

- número de filhos
- emprego de anticoncepcionais
- educação sexual dos filhos
- educação sexual das filhas
- tipo de escola para os filhos e filhas
- grau de instrução desejável para os filhos e filhas
- disciplina dos filhos e filhas (sanções)
- trabalho remunerado da mulher
- emprego do dinheiro
- divertimento dos filhos
- divertimento das filhas

[Nota: Para cada questão, as alternativas eram: HOMEM, MULHER, NENHUM]

*Item 29* — Se amanhã você vier a constituir família, considera sua virgindade e a de seu(sua) companheiro(a):

- essencial
- desejável
- indiferente
- prejudicial

[Nota: Para as quatro proposições, as alternativas eram: SUA, DE SEU(SUA) COMPANHEIRO(A)]

*Item 30* — Qual das alternativas abaixo expressa melhor seu ponto de vista a respeito do problema das relações sexuais pré-matrimoniais?

- o ideal seria que a moça e o rapaz chegassem virgens ao casamento
- o ideal seria que a virgindade fosse desnecessária para ambos
- o ideal seria que a moça chegasse sempre virgem ao casamento, mas o rapaz não

*Item 31* — Aqui estão algumas afirmações e, a respeito de cada uma delas, gostaríamos de saber sua opinião. Para responder basta assinalar *CONCORDO* ou *DISCORDO*. Se estiver em dúvida assinale o ponto de interrogação.

- a) Mulher que tem relações sexuais pré-matrimoniais não merece respeito.
- b) O homem tem, por natureza, necessidades sexuais mais prementes que a mulher.
- c) A experiência sexual prévia para a mulher é, em geral, traumatizante.
- d) Virgindade é o melhor que uma jovem pode trazer para o casamento.
- e) A inexperiência sexual do homem é, em geral, desastrosa para o ajustamento matrimonial.

[Nota: para cada afirmação, as alternativas eram: *CONCORDO*, *DISCORDO*, (?) ]

*Item 58* — Aqui estão algumas afirmações e a respeito de cada uma delas gostaríamos de saber sua opinião. Para responder basta assinalar *CONCORDO* ou *DISCORDO*. Se estiver em dúvida, assinale o ponto de interrogação.

- a) A missão fundamental da mulher deve ser a de mãe e esposa.
- b) A mulher sempre foi, se não a escrava do homem, ao menos sua vassala.
- c) Os motoristas do sexo feminino têm uma taxa de acidentes mais elevada que os do sexo masculino.
- d) Ao pé de nossas mães, todos nós devemos ser crentes.
- e) A mulher não deve ser instrumento de prazer e sim a virtude e a honra da casa.

[Nota: Para cada afirmação, as alternativas eram: *CONCORDO*, *DISCORDO*, (?) ]

#### CONCEPÇÕES NORMATIVAS DO PAPEL DA MULHER NA POLÍTICA

*Item 44* — Qual a sua opinião e a de cada um de seus pais a respeito da necessidade ou não do conhecimento de política para jovens de ambos os sexos?

- 1 — Para o rapaz, o conhecimento de política é necessário
  - opinião de seu pai
  - opinião de sua mãe
  - sua opinião
- 2 — Para a moça, o conhecimento de política é necessário
  - opinião de seu pai
  - opinião de sua mãe
  - sua opinião

[Nota: Para as seis posições, as alternativas eram: *SIM*, *NAO* ]

*Item 46* — Qual a sua opinião e a de cada um de seus pais a respeito da participação de jovens, de ambos os sexos, em política estudantil?

- 1 — Para o rapaz, tal participação é admissível
  - opinião de seu pai
  - opinião de sua mãe
  - sua opinião

- 2 — Para a moça, tal participação é admissível
  - opinião de seu pai
  - opinião de sua mãe
  - sua opinião

[Nota: Para as seis proposições, as alternativas eram: *SIM*, *NAO* ]

*Item 47* — Cada um de seus pais e você acham que, em política nacional, a mulher:

- deve participar de forma idêntica à do homem
- deve participar de forma diferente da do homem
- não deve participar

[Nota: Para as três proposições, as alternativas eram: *PAI*, *MAE*, *VOCE* ]

*Item 48* — Que atividades dentre as abaixo enumeradas, você e seus pais acham indicadas ou contra-indicadas para pessoas do sexo feminino?

#### ATIVIDADES

- ler a secção política de um jornal
- militar em partidos políticos
- discutir política numa roda de amigos
- falar num comício eleitoral
- candidatar-se a cargos eletivos
- distribuir manifestos políticos
- votar nas eleições
- fazer curso de política
- escrever sobre política num jornal

[Nota: Para cada atividade, as alternativas eram: *PAI* — *Indicadas*, *Contra-indicadas*; *MAE* — *Indicadas*, *Contra-indicadas*; *VOCE* — *Indicadas*, *Contra-indicadas* ]

*Item 49* — Se você e seus pais tivessem que escolher entre dois candidatos ao Congresso Nacional, um homem e uma mulher, representando os mesmos interesses políticos, qual escolheriam?

- seu pai
- sua mãe
- você

[Nota: Para as três proposições, as alternativas eram: *HOMEM*, *MULHER*, *INDIFERENTE* ]

*Item 50* — Como você justifica sua escolha? (Assinale apenas um motivo: o principal)

- mulher é emotiva demais para política
- a mulher ainda não está madura para ingressar na política
- a mulher é muito idealista
- mulher nasceu para servir primeiro à família depois à Pátria
- política é jogo de convencimento e a mulher sabe convencer
- para competir com o homem, a mulher tem que ser excepcional
- é condição de emancipação feminina
- é difícil conciliar a vida do lar com a política
- o importante é a competência
- outra. Qual? .....

ANEXO 2

MATRIZ DOS COEFICIENTES DE INTERCORRELAÇÃO ENTRE INDICADORES DE CONCEPÇÕES DESCRITIVAS E NORMATIVAS DO PAPEL FEMININO NO TRABALHO, POLÍTICA E FAMÍLIA.

Indicadores	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
1		.2385	.4601	.3583	.3130	.0947	.2103	.2515	.0614	.1541	.2352	.2680	.2863
2			.2618	.0919	.1423	.0358	.0528	.0654	.0179	.0121	.0898	.0514	.0825
3				.3388	.2645	.0869	.1135	.1665	.0664	.1172	.2107	.2550	.2128
4					.3578	.0784	.2423	.1802	.1715	.1814	.2491	.2601	.3450
5						-.0113	.2774	.2909	.0826	.1047	.1701	.2400	.2816
6							-.0336	-.0197	-.0747	.0860	.0755	-.0194	-.0105
7								.5276	.1394	.1416	.2007	.2803	.2386
8									.1009	.1204	.1649	.2811	.3332
9										.1094	.0976	.1986	.0651
10											.4586	.3202	.1339
11												.4036	.1945
12													.3726
13													

[N = 514, desprezando-se em todos os itens as respostas em branco e anuladas. Calculou-se o coeficiente de correlação de Pearson, tendo-se recodificado os indicadores, para esse fim]

LEGENDA

N.º na Matriz	N.º do Item	INDICADORES DESCRIÇÃO
1	29	Importância da virgindade para a mulher*
2	29	Importância da virgindade para o homem*
3	30	Posição face às relações pré-matrimoniais*
4	31	Grau de adesão ao machismo*
5	58	Grau de adesão ao madonismo*
6	59	Concepções descritivas de mulher**
7	20	Atividade remunerada da mulher casada como opção futura*
8	21	Motivos da aceitação ou recusa da atividade remunerada da mulher casada*
9	38	Grau desejável de instrução para os filhos de ambos os sexos*
10	44	Necessidade de conhecimento político, conforme o sexo*
11	46	Participação em política estudantil, por sexo*
12	47	Participação da mulher em política nacional*
13	49	Escolha de candidatos de sexo diferente para o Congresso*

\* Concepções Normativas do papel da mulher.

\*\* Concepções Descritivas do papel da mulher.